



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

DEISE WARMLING

Sentidos sobre agroecologia: a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos no município de Florianópolis/SC.

FLORIANÓPOLIS
2014

DEISE WARMLING

Sentidos sobre agroecologia: a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos no município de Florianópolis/SC.

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires

FLORIANÓPOLIS
2014.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Warmling, Deise

Sentidos sobre agroecologia: a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos no município de Florianópolis/SC. / Deise Warmling; orientador, Rodrigo Otávio Moretti Pires; coorientador, Sheila Rubia Lindner. - Florianópolis, SC, 2014.
127 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

Inclui referências

1. Saúde Coletiva. 2. Agroecologia. 3. Construcionismo Social. 4. Alimentos agroecológicos. I. Moretti Pires, Rodrigo Otávio. II. Lindner, Sheila Rubia. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. IV. Título

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família, meus pais e minhas irmãs, que sempre me apoiaram e incentivaram ao longo da vida, possibilitando que eu chegasse até aqui.

Ao Juninho por todo incentivo, que me acompanhou ao longo desses dois anos, oferecendo-me apoio, força e paciência nas horas necessárias. Também por dividir momentos de alegrias e conquistas que me impulsionam a seguir em frente.

Ao meu querido orientador, Rodrigo Moretti, além de professor, amigo e parceiro, que manteve sempre as portas da sua casa abertas. O qual me auxiliou além do percurso da pesquisa, mas também na minha construção pessoal. Agradeço em especial, aos cafés com conversas descompromissadas e descontraídas, que tornaram esse caminho mais leve e agradável.

Ao Murilo Moscheta, de sabedoria e disposição admirável, que nos apresentou a postura construcionista não apenas como uma opção metodológica, mas como uma forma de ver a vida.

Aos membros do NECST – Núcleo de Estudos Críticos em Saúde e Transformação Social, entre os que passaram e os permaneceram neste período, pelas contribuições teóricas, acadêmicas e também pelo crescimento pessoal que foi possível a partir da experiência em integrar este coletivo.

Aos colegas da turma de mestrado 2012.2, alguns mais próximos, outros mais distantes, mas que deixaram suas marcas de alguma forma. As amizades conquistadas: Amanda, Ana María, Dalvan, Elyana, Fábio, Luana, Mateus, entre outros que talvez não estejam citados aqui.

Às amigas dos tempos da faculdade, que permaneceram por perto, sempre me incentivando e também ajudando a descontrair: Aninha e Gabe.

Aos professores, Charles Tesser, Márcia Mazon, Marta Verdi e Murilo Moscheta que dispuseram seu tempo para contribuir com meu processo de formação, participando da banca avaliadora.

Ao Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, pelo excelente curso oferecido e à Capes pela concessão da bolsa de estudos.

E, sobretudo, à Deus, pela vida e pelas possibilidades de torná-la bem vivida.

RESUMO

No intuito de promover a transição agroecológica e a produção orgânica com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, por meio da oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis foi publicada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794/12. O objetivo deste estudo foi conhecer os sentidos e descrever os efeitos das narrativas sobre agroecologia dos diversos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis, SC, Brasil. Os participantes do estudo foram cinco atores sociais atuantes na rede de agroecologia no município, os quais são: um agrônomo, um nutricionista, um produtor, um comerciante e um consumidor. O referencial epistemológico e metodológico foi o construcionismo social e utilizou-se como instrumento de pesquisa a entrevista aberta. As entrevistas versaram sobre os seguintes aspectos: como se iniciou a aproximação com a agroecologia, quais foram os fatores que impulsionaram à adesão e permanência; quais são os benefícios identificados a partir da prática agroecológica; quais as expectativas em relação à expansão, quais seriam os benefícios e beneficiados; houve alguma experiência exitosa a ser compartilhada. Descreveram-se, a partir das narrativas dos entrevistados, primeiramente as histórias exitosas relatadas, em seguida os desafios e potencialidades apontadas e por fim os sentidos atribuídos à agroecologia, os quais foram: o alimento saudável e apto à certificação; a produção sustentável; o comércio justo; a cultura do campesinato; as relações de reciprocidade. A partir da descrição dos seus sentidos e efeitos, relacionando-se narrativas e discursos teóricos, encontram-se dois eixos principais: i) sentidos relativos, de forma direta e indireta, à inserção de agroecologia nos mercados e; ii) sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Prevaleceu o pressuposto da multiplicidade, onde os diversos sentidos proporcionam a construção de outras formas de pensar e agir no que tange à prática agroecológica. Foi estabelecida maior visibilidade sobre quais interesses e discursos são legitimados, quais são silenciados e quais movimentos que eles têm possibilidade de estimular.

Palavras-chave: Agroecologia. Construcionismo Social. Alimentos agroecológicos.

ABSTRACT

In order to promote agro-ecological transition and organic production with a view to improving the quality of life through the provision of healthy and sustainable foods was published the National Policy for Agroecology and Organic Production (PNAPO), by means of Decree No. 7.794/12. The aim of this study was to understand the senses and describe the effects of narratives on agroecology of different actors involved in the production and use of agro-ecological food network, in Florianópolis, SC, Brazil. The study participants were five active social actors in agroecology network in the municipality, which is an agronomist, a nutritionist, a producer, a marketer and a consumer. The epistemological and methodological framework was social constructionism and used as a research tool, the unstructured interview. Interviews dealt with the following issues: how the approach began with agroecology, what were the factors that drove the accession and retention; what are the benefits identified from the agroecological practice; which expectations regarding the expansion, which would be the benefits and beneficiaries; there has been some successful experience to be shared. Described themselves, the narratives of the respondents, reported the first success stories, then the challenges and potentials identified and finally the meanings attributed to agroecology, which were healthy and fit food for certification; sustainable production; fair trade; the culture of the peasantry; relations of reciprocity. From the description of their meanings and effects, relating stories and theoretical discourses, there are two main axes: i) relative directions, directly and indirectly, to the insertion of agroecology and the markets; ii) directions relating to agroecology as a move towards building another model of society. The prevailing assumption of multiplicity, where different senses provide the construction of new forms of thinking and acting in relation to agroecological practice.

Keywords: Agroecology. Social constructionism. Agroecological food.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Desafios da agroecologia segundo os atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.....	62
Quadro 2: Sentidos sobre agroecologia para os atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.....	72

LISTA DE SIGLAS

- ACS – Agentes Comunitárias de Saúde
- CEASA – Central de Abastecimento
- CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
- CEPON – Centro de Pesquisas Oncológicas
- DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar
- DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
- ONG – Organização Não Governamental
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde
- PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	17
2	O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E O ESTUDO DOS SENTIDOS DA AGROECOLOGIA	21
3	OS DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE AGROECOLOGIA	25
4	A INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	33
5	ELEMENTOS DA TEORIA CRÍTICA PARA A CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO DOS SENTIDOS DA AGROECOLOGIA	37
6	OBJETIVOS	41
6.1	Objetivo geral	41
6.2	Objetivos específicos.....	41
7.	PERCURSO METODOLÓGICO.....	43
7.1	Delineamento teórico-metodológico de pesquisa.....	43
7.2	Colaboradores do estudo	45
7.3	Instrumentos e procedimentos	45
7.4	Considerações éticas.....	46
7.5	Análise das entrevistas	47
8.	HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EXITOSAS COM A AGROECOLOGIA.....	49
9.	DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DAS NARRATIVAS	55
10.	SENTIDOS DA AGROECOLOGIA PARA OS ATORES SOCIAIS DA REDE DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DE AGROECOLOGIA.....	65
10.1	Discursos teóricos e reflexões sobre os sentidos da agroecologia..	71
11.	UMA OUTRA NARRATIVA, DE UM OUTRO ATOR SOCIAL: A PESQUISADORA.....	91

REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	103
APÊNDICE A: termo de consentimento livre e esclarecido (tcle)	103
APÊNDICE B: artigo original a ser submetido à revista interface – comunicação, saúde e educação, apresentado conforme “instrução aos autores” desta revista.	105
ANEXOS.....	125
ANEXO A: parecer consubstanciado do comitê de ética de pesquisa em seres humanos da universidade federal de santa catarina.	125

1. APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, as pesquisas sobre agroecologia tem se intensificado, destacando a temática, tanto no Brasil como no cenário mundial. A agroecologia vem associada a discursos tais como, o desenvolvimento sustentável, a promoção de saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Também se destacam os movimentos sociais que a defendem enquanto uma questão urgente a ser fortalecida por políticas públicas. Entretanto, são ainda restritos os trabalhos que se dedicam a estabelecer uma reflexão sobre os discursos científicos apresentados relativos à temática, de forma a problematizá-los e analisá-los criticamente.

Desta forma, essa pesquisa se propôs a compreender os sentidos produzidos sobre agroecologia e descrever seus os efeitos, considerando os diversos atores envolvidos na rede de produção e no consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis.

De forma coerente à perspectiva construcionista adotada nessa pesquisa, não se almejou acessar determinada verdade sobre a temática, nem mesmo se alcançar um consenso sobre os discursos colocados. Mas sim contribuir com a reflexão sobre a agroecologia a fim de relativizar os discursos científicos e problematizá-los de forma a ampliar olhares e perspectivas, dando lugar à multiplicidade de verdades.

Esta pesquisa se apresenta enquanto um desafio para mim à medida que exige uma releitura de toda uma formação na qual os conhecimentos e discursos são dados como óbvios, que para apreendê-los nos basta a leitura e a assimilação de conteúdos. No meu percurso acadêmico e profissional, ambas as atuações predominantemente se davam a partir de normas, políticas e diretrizes já estabelecidas. Sem que houvesse uma reflexão mais profunda que possibilitasse uma postura crítica em relação aos fatos dados ou a compreensão de seus efeitos práticos: de quem e para quem falam tais discursos? Quais são silenciados em detrimento dos que falam e quais outros são legitimados nesse processo?

A participação no Núcleo de Estudos Críticos em Saúde e Transformação Social (NECST), coordenado pelo professor Rodrigo Otávio Moretti-Pires, assim como a disciplina ministrada pelo professor construcionista Murilo Moscheta “Contribuições do Construcionismo Social para a Pesquisa em Saúde” durante o curso de mestrado, somados às lacunas anteriores de toda uma formação tradicional, ancorada na perspectiva modernista, certamente são os grandes impulsionadores da realização dessa pesquisa.

Para tanto, a pesquisa está estruturada da seguinte forma, primeiramente, no capítulo 2 – “O Construcionismo Social e o Estudo dos Sentidos da Agroecologia” me dedico em levantar pressupostos básicos da postura construcionista a fim de estabelecer uma articulação entre o construcionismo e a agroecologia. Destacando elementos construcionista, tais como a multiplicidade, a linguagem e a produção de sentidos que contribuem para o estudo do tema. Assim como situar o construcionismo social na perspectiva pós-moderna.

Em seguida, no capítulo 3 – “Discursos Científicos sobre Agroecologia” são apresentados a partir de levantamento bibliográfico alguns discursos predominantes na literatura científica sobre agroecologia. A partir deles, procura-se levantar questionamentos e situações de forma a problematizar as verdades apresentadas e identificar que essas compõem saberes legitimados em determinado contexto sócio-econômico. A apresentação dos discursos não pretende anular a relevância e complexidade do debate, entretanto se propõe a ampliar olhares sobre a agroecologia que muitas vezes são negligenciados nas pesquisas científicas.

No capítulo 4, para a compreensão do contexto no qual está inserido a agroecologia no Brasil serão apresentadas as políticas públicas que a preconizam. Neste capítulo, opta-se por focar as políticas públicas relacionadas ao campo da saúde e em específico, da área temática de alimentação e nutrição.

No capítulo 5 é apresentado o discurso da teoria crítica e alguns dos seus elementos para o estudo do alimento agroecológico na atualidade. São trazidos o conceito de alienação, o fetichismo da mercadoria e a indústria cultural para auxiliar a compreensão dos sentidos da agroecologia, bem como debater sobre os efeitos produzidos a partir desse discurso.

Em seguida, apresento os objetivos da pesquisa e todo o percurso metodológico, que originou um dicionário com os sentidos da agroecologia para os atores sociais entrevistados, além da contribuição de discursos e reflexões teóricas, para a compreensão dos efeitos produzidos a partir dos sentidos atribuídos. Por fim, a análise dos sentidos e efeitos das narrativas dos atores sociais, proporciona-me a construção da minha narrativa sobre a temática.

De forma coerente com a postura construcionista, e repercussão e utilidade desta pesquisa está na relativização e problematização dos debates. E desta forma, é num cenário científico de transição entre o método tecnicista para o relativista, que se desejou contribuir com o

campo da saúde coletiva, trazendo à tona a multiplicidade e a reflexão em detrimento da nova verdade.

2. O CONSTRUCIONISMO SOCIAL E O ESTUDO DOS SENTIDOS DA AGROECOLOGIA

Neste capítulo, o objetivo é apresentar os pressupostos básicos do construcionismo social que será considerado nessa pesquisa enquanto uma forma de olhar o mundo, ou seja, como uma postura filosófica. Há autores que abordam o construcionismo social enquanto uma teoria, entretanto, uma teoria pode ser compreendida no meio da pesquisa científica como algo que representa a realidade de modo válido e confiável. Sob outra forma de olhar, este entendimento não é compartilhado pelo construcionismo social, o qual compreende que as realidades são construídas e pactuadas a partir das relações sociais em um determinado contexto cultural e histórico (CORRADI-WEBSTER, 2009).

O construcionismo social, enquanto uma proposta pós-modernista, propõe uma outra forma de compreender o mundo, apresentando uma postura crítica em relação à ciência tradicional que está ancorada em aspectos modernos que partem do pressuposto de que há uma realidade objetiva a ser observada e investigada (SOUZA; MCNAMEE; SANTOS, 2010). O pós-modernismo ao invés de compreender o mundo por meio de grandes teorias ou metanarrativas, considera a existência da multiplicidade de caminhos (BURR, 2003). A postura construcionista parte-se do pressuposto que a realidade a qual vivemos é criada a partir das relações, da interação entre as pessoas, das pessoas com os objetos e com a natureza, assim apresentando-se ontologicamente mudo. Desta forma, não existe uma realidade universal (GERGEN, 1999 apud CORRADI-WEBSTER, 2009).

A linguagem aparece como elemento central no construcionismo social. Entretanto não é a linguagem enquanto transmissora de conhecimento, nem mesmo a simples troca de informações e tampouco a investigação do que é verdadeiro tal como é característico na pesquisa científica tradicional. Para o construcionismo social a linguagem ao invés de representar a realidade, vai ser responsável por construí-la, processo o qual se dará a partir das relações estabelecidas e dos atores envolvidos (GERGEN, GERGEN, 2010; MCNAMEE, 2010). Na pesquisa construcionista, assume-se que o conhecimento é sustentado por processos sociais, no qual estão envolvidas ações conjuntas, que se tornam padrões, dos quais emergem valores e expectativas, e estes últimos adquirem um caráter de realidade. Assim podemos compreender a linguagem enquanto uma ação coordenada e não apenas como uma transmissão de sentidos. Essas ações conjuntas estão sempre imersas em

determinado contexto histórico e cultural, sendo únicas naquele momento (GERGEN; GERGEN, 2010).

A pesquisa construcionista compreende que as formas de dizer sobre algo ao longo de tempo não progridem, mas mudam. A linearidade cronológica é um artifício didático utilizado pelo homem, mas isso não afirma que a sequência dos fatos seja evolucionista. O foco da pesquisa construcionista está no processo e em como são construídos sentidos para as coisas, e não nas coisas em si, como se fossemos capazes de extrair uma verdade delas (GERGEN; GERGEN, 2010).

A verdade é compreendida pelos construcionistas enquanto uma produção contextual, compartilhada, acordada, construída por um conjunto de pessoas com uma utilidade e com um objetivo em comum. Segundo Ibanez, 2001, as verdades não são mais que cristalizações temporárias do conhecimento.

Portanto, a pesquisa científica quando realizada a partir de uma postura construcionista é descrita como um processo relacional, no qual existem múltiplos discursos, contidos de múltiplas verdades, que por vezes podem ser concorrentes (MCNAMEE, 2010).

Segundo Burr, 2003, sentidos são construções de valores, ideias e ações que se dão nas ações conjuntas, ao longo dos diversos momentos históricos e culturais que vivemos, os quais resultam das relações sociais. Desta forma, o sentido do mundo é diferente de acordo com as relações estabelecidas entre as diferentes pessoas (SPINK, 2004).

O construcionismo social pode ser entendido como uma forma de produzir conhecimento, a partir das práticas discursivas, que corroborando com Spink, 2004, são consideradas as formas com que as pessoas se relacionam com as coisas e a partir delas produzem sentidos para o mundo.

O conhecimento produz efeitos práticos que podem ser legitimadores ou silenciadores, tal como podem ser beneficiadores ou opressores. O que dependerá de quem e para quem se fala, assim como de onde e para onde, porque e para quem (BURR, 2003).

Essa forma de pesquisa nos convida a refletir sobre os discursos que compõem o nosso cotidiano. Por exemplo, quando ouvimos a afirmativa: “a agroecologia é um sistema produtivo sustentável nas perspectivas sociais, ambientais e econômicas”, podemos refletir sobre as questões culturais e históricas que permeiam a frase. É possível estabelecer reflexões sobre os três aspectos apontados para a agroecologia enquanto sistema produtivo sustentável. Primeiramente, podemos questionar o que é ser sustentável? Se for satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras, a

necessidade de quem é satisfeita hoje? De todos? O que é necessidade? Todas as pessoas têm as mesmas necessidades? Se não, porque elas são diferentes? Quais são os fatores que determinam as necessidades e o acesso das pessoas aos bens de consumo? Qual o sentido de sustentabilidade para o agricultor, para o consumidor e para o comerciante? Qual é a lógica da sociedade que preconiza o “consumir mais por mais tempo”?

O foco desta perspectiva de pesquisa são os processos a partir de como as pessoas se veem no mundo e como estruturam a realidade em que vivem. O que fará com que algumas descrições sejam legitimadas e passem a se constituir enquanto verdade são os processos sociais. Esses processos são mediados pelas questões sociais e econômicas prevalentes no período (CORRADI-WEBSTER, 2009). Assim, podemos observar o consumo de alimentos agroecológicos e refletir sobre os sentidos produzidos por dois atores distintos. Em uma pesquisa qualitativa sobre agroecologia, um dos agricultores entrevistados atribui a seguinte descrição sobre a adesão ao modelo de produção agroecológico:

“Libertação. Uma liberdade. Você saber que você não precisa depender do dinheiro para sobreviver. Você se sente uma pessoa independente desta forma, que é o mais importante. Você se liberta, você produz, sem depender de correr atrás de dinheiro pra você comer, pra viver, eu acho que é uma independência” (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2010).

Já um vereador propondo um programa municipal de incentivo a agroecologia num município do interior de São Paulo, descreveu a importância da agroecologia da seguinte forma:

“(…) nossa cidade possui uma enorme área cultivável e com clima favorável para o pleno desenvolvimento da produção orgânica e de agroecologia. Isso é extremamente importante, pois se pode atender com facilidade a um mercado crescente que é demandado por esse tipo de produção agrícola” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2013).

Perceber que, de acordo com a posição social de quem fala, bem como de seus interesses e expectativas, a agroecologia adota sentidos

diferentes e até mesmo divergentes, como nesse caso acontece em relação à importância do mercado. Para o agricultor, a agroecologia é uma forma de torná-lo independente do mercado, enquanto para o vereador, o meio de produção possui um potencial de expansão no mercado, o qual deve ser incentivado por meio de uma política pública. Compreende-se que ambas as verdades são legítimas, cada uma delas inseridas em determinado contexto, as quais foram construídas em processos relacionais, que podem ser permeadas por objetivos e distintos entre si.

Para melhor compreensão dos processos relacionais que se constituem enquanto conhecimento científico, o próximo capítulo explorará discursos científicos obtidos por meio de revisão da literatura sobre a agroecologia.

3. OS DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE AGROECOLOGIA

Na pesquisa construcionista o conhecimento não é entendido como algo que algumas pessoas possuem e outras não; mas sim como algo que as pessoas constroem juntas. Entende-se que são os discursos que produzem o conhecimento que temos sobre o mundo e nos possibilitam vê-lo de diferentes maneiras. Considerando que os discursos são múltiplos e que atribuímos o título de verdadeiros a alguns deles, em detrimento de outros, percebemos que o conhecimento possui implicações de poder. Segundo Foucault “*conhecimento e poder sempre andam juntos como um par*”. Nesta perspectiva, poder não é uma propriedade de algum indivíduo ou de determinado grupo de pessoas, mas sim algo exercido por alguma teoria, por meio de um discurso (BURR, 2003).

A partir da reflexão sobre o binômio conhecimento e poder, seguiremos de acordo com os pressupostos da postura construcionista nesse estudo, que se propõe a assumir uma postura crítica em relação a todo aquele conhecimento assumido como óbvio. Para iniciar a reflexão sobre os sentidos da agroecologia, foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica alguns discursos científicos sobre a temática, tais como: o discurso do movimento agroecológico; o discurso da sustentabilidade; o discurso da emancipação do agricultor; o discurso da promoção de saúde; o discurso da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Começaremos com a apresentação do discurso da agroecologia enquanto um movimento social. Em meados dos anos 70, emerge um movimento composto por técnicos, agricultores e lideranças do campo em favor da agroecologia, que vem se fortalecendo a partir de referências científicas como uma forma estratégica de produção de alimentos (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009). Segundo Carvajal (2011) a agroecologia não nasce em nenhum campo científico ou em alguma discussão específica para solucionar o impacto do homem na natureza. A agroecologia tem suas origens nas práticas tradicionais do campesinato latino-americano, por meio do resgate dos conhecimentos de comunidades tradicionais, como os camponeses e indígenas da América e da Ásia. Sua origem está num movimento popular de oposição ao agronegócio que engloba também as questões relativas à forma de organização social, a autonomia e a relação do agricultor com a terra (CARVAJAL, 2011).

É em meados da década de 90 que a agroecologia passa a se consolidar enquanto um movimento fundamentado em questões econômicas, éticas e sociopolíticas (AZEVEDO, 2012; CARVAJAL, 2011). No Brasil, ela se fortalece nesse período devido à integração do Movimento Sem Terra (MST) à Via Campesina (organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais de todo o mundo), que ocorre no ano de 1995. A partir desse momento, devido às prioridades pactuadas junto à Via Campesina, o MST passa a ter em destaque a sua agenda socioambiental. E no ano 2000, o movimento adota a agroecologia como modelo prioritário de produção e desenvolvimento nos assentamentos rurais (BARCELLOS, 2011).

De acordo com Porto, 2011, a sociedade civil organizada representante tanto de movimentos sociais relacionados à reforma agrária, à segurança e soberania alimentar e questões ambientais, possui um papel nesse processo de transição agroecológica por meio de pressões no estado para a adoção de políticas públicas que a favoreçam.

Esse discurso legitima que a agroecologia emerge de necessidades da sociedade civil organizada por meio de movimento sociais. Também reforça a necessidade da participação social na criação de políticas públicas que fomentem a agroecologia. É pertinente destacar que, segundo Aguiar e Bastos (2012), a luta ecológica nem sempre é uma luta de classes. Uma luta ecológica que se propõe a enfrentar a destruição da natureza, necessariamente precisa ter como o eixo a transformação social anticapitalista. A luta ecológica diverge necessariamente das leis que regem o capital: a acumulação crescente, a mais-valia, o lucro, o trabalho alienado, a lógica de exploração. Para o alcance de uma outra perspectiva ambiental, faz-se indispensável mudar o modo de produção e consumo, abandonando o padrão de consumo descartável e imediatista em substituição da produção de objetos e serviços necessários, a partir do trabalho reduzido, livre e criativo (MANSHOLT; MARCUSE, 1973 apud LOUREIRO, 2006).

Assim entende-se que o movimento agroecológico, para que tenha possibilidades de atingir seus objetivos de relações sociais, econômicas e ambientais mais justas, necessita estar intrinsecamente relacionado com a transformação das estruturas e relações sociais. E só apenas com outro tipo de organização social poderá emergir uma outra forma de relação com a natureza. Entretanto, o discurso da agroecologia enquanto movimento social traz como efeito que políticas públicas que favoreçam a agroecologia, na mesma forma organização social vigente, seriam suficientes para o enfrentamento das questões ambientais, sociais e econômicas, relativas à produção de alimentos.

Na literatura científica há também o discurso da agroecologia e sustentabilidade o qual constrói a ideia de que a produção agroecológica pode favorecer o desenvolvimento sustentável. De acordo com esse discurso, a agroecologia apresenta a sustentabilidade enquanto seu eixo central e utiliza a aplicação dos princípios ecológicos para a consolidação do desenvolvimento sustentável (ALTIERE, 1989; CARVAJAL, 2011).

O conceito sustentabilidade tem sua origem no Relatório de *Brundtland*, que se tornou público em 1987. Ele emergiu de uma discussão de caráter ambiental, realizada em Nairóbi e promovida pela Organização Nações Unidas (ONU) que tinha por objetivo identificar possibilidades para a questão do desenvolvimento e do meio ambiente. A partir de então o desenvolvimento sustentável passou a ser definido enquanto um novo caminho para o progresso social, ambiental e econômico, sem comprometer as necessidades futuras (WCED, 1987).

Segundo Altiere (2003) a agroecologia é a ciência que se fundamenta em princípios ecológicos para o manejo de sistemas de produção sustentáveis e de preservação de recursos naturais. Destaca-se a importância da agroecologia enquanto uma alternativa para se reverter os impactos econômicos e ambientais do agronegócio.

O discurso da agroecologia enquanto promotora de sustentabilidade constrói a teoria de que com meios de produção que agridam menos o meio ambiente, poderemos preservar os recursos naturais e usufruir deles por mais tempo. O discurso da sustentabilidade produz como efeito a noção de que a crise ecológica se dá fundamentalmente em função do uso excessivo de insumos químicos ou técnicas agrícolas que não preservem o meio ambiente. Entretanto, faz-se necessário levantarmos um debate que tem sido suprimido em muitos discursos, cujo é a definição de natureza enquanto recursos, a qual é particular do sistema de produção capitalista. Conforme Aguiar e Bastos (2012) é fundamental compreender que “*a natureza do capitalismo é capitalizar a natureza*”. Essa capitalização se dá no sentido de reduzir a natureza a recursos naturais, os quais devem servir aos sistemas de produção e maximização de lucros. Segundo Lowy (2013) a crise ecológica resulta do fenômeno de mercadorização de tudo, inclusive da água, da terra, dos alimentos; processo o qual é intrínseco do capitalismo. Nessa lógica de produção, o valor da natureza deixa de ser medido pelo potencial de favorecer a vida humana e se reduz a objeto de consumo ou meio de produção, visando-se apenas a acumulação de capital (AGUIAR; BASTOS, 2012).

A partir da reflexão do binômio capitalismo e sustentabilidade, podemos refletir qual seria o objetivo da agroecologia enquanto promotora do desenvolvimento sustentável: talvez uma proposta reformista? Uma solução moderada que se adéqua as regras de mercado e a lógica de produção vigente? Desta forma, estamos tratando de uma sustentabilidade que contempla quais interesses?

Um outro discurso referente à agroecologia é de seu potencial emancipatório para o agricultor. Nesse discurso a agroecologia possui como objetivo a implantação de um sistema produtivo sustentável nas perspectivas sociais, além das ambientais e econômicas (AZEVEDO, 2011). A agroecologia pode ser definida como um modelo de produção de alimentos e também de satisfação de outras necessidades dos seres humanos, de forma a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e, sobretudo, na sociedade, abarcando também ideais sociais (RUIZ-ROSADO, 2006; BAUER; MESQUITA, 2008). O modo de produção agroecológico enfoca a justiça social, o fortalecimento das ações locais e da identidade do agricultor familiar, resgatando suas raízes culturais e sua autonomia (CAPORAL, COSTABEBER, 2004; AZEVEDO, 2012; CARVAJAL, 2011). Embora a agroecologia contemple inúmeros conhecimentos de técnicas agrícolas, sementes e manejo da terra, ela os transcende, pois contempla saberes derivados da interação de diversos campos científicos, tais como a ecologia, economia, ciências sociais, agronomia e antropologia (ALTIERE, 1989).

Para a diferenciação da agricultura orgânica e da agroecologia, é importante identificar que a segunda tem por base a agricultura familiar e local, enquanto a primeira trabalha com diferentes segmentos sociais. Na prática agroecológica, estimula-se a organização dos agricultores em estruturas sociais agrárias associativas e cooperativas, com trabalho fundamentado em práticas tradicionais e locais, a fim de emancipar os agricultores do complexo industrial agrícola (AZEVEDO, 2011).

Em relação à produção de alimentos, a agroecologia contribui ainda com o comércio local de pequeno porte, no qual é possível a construção de relações mais horizontais de produção e consumo. São possibilitadas também ações coletivas que envolvem cooperação e reciprocidade entre agricultor e consumidores (AZEVEDO, 2011).

A partir desse discurso se constrói que a emancipação do agricultor se dá a partir da não dependência da indústria de sementes, insumos e outras tecnologias agrícolas. Assim, percebe-se que esse discurso produz efeitos de que basta ao agricultor estar livre das empresas agrícolas para estar emancipado. Entretanto, não são

contempladas quais seriam as outras relações sociais, além da produção agrícola, que interviriam nesse processo emancipatório. Mesmo obtendo-se uma produção a partir de sementes crioulas, saberes populares e tradicionais de manejo de solo, como se dá o processo de distribuição dos alimentos produzidos? O comércio, a elaboração de preços, as regras de mercado, os padrões de qualidade, a necessidade de certificação dos produtos, não seriam processos que alienam o agricultor do seu processo de trabalho?

Ainda temos o discurso da agroecologia sob a perspectiva da SAN. Esse discurso se expandiu no Brasil em contraponto aos impactos da chamada “Revolução Verde”. A qual ocorreu a partir da década de 60, onde foram expandidos o uso de sementes selecionadas, insumos químicos e alta tecnologia no campo com o objetivo de aumento da produção de alimentos e redução das taxas de fome até o século XXI (CAPORAL, COSTABEBER, 2004). De fato houve expansão da produção, entretanto a fome persistiu, pois a quantidade total de alimentos não é o ponto crítico do problema, mas sim a desigualdade social (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009).

Caporal e Costabeber (2004) afirmam que o Brasil possui um impacto negativo em relação à quantidade de alimentos produzidos por meio do agronegócio. Por meio do padrão agrícola dominante, tem se obtido super safras de alguns grãos, como soja e milho, que são *commodities* relevantes para a economia brasileira, entretanto em maioria são destinados para exportação ou alimentação animal. Assim, a produção interna de alimentos destinados à alimentação da população é insuficiente, resultando na necessidade de importação de alimentos básicos como arroz, trigo, feijão, batata, leite. Desta forma, os autores defendem que para se assegurar a SAN da população brasileira são necessárias políticas públicas que destinem recursos para a produção de alimentos compatíveis com os hábitos alimentares regionais e para a transição do modo de produção convencional para o agroecológico. Aponta-se ainda a importância da participação do estado no processo de transição agroecológica para que ela se efetive, tal como se deu na “Revolução Verde”, onde o estado participou ativamente e incentivou o predomínio do modelo agrícola tradicional (GLIESSMAN, 2000).

A agroecologia, como tem por base a agricultura familiar e a diversificação de culturas, seria estratégica para a ampliação da produção de alimentos para o consumo da população (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(CONSEA) e aprovado em legislação brasileira tem como pilar a agroecologia, pois aborda em suas diretrizes a promoção da agricultura familiar, as práticas agroecológicas e utilização sustentável dos recursos naturais (CONSEA, 2006; AZEVEDO, 2011).

Recentemente, no ano de 2010, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com o objetivo geral de assegurar a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil. Ela possui enquanto uma de suas diretrizes a *“promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos”* (BRASIL, 2010). Portanto, identifica-se que a discurso da agroecologia para a SAN já se constitui enquanto uma política pública no Brasil.

Esse discurso constrói a necessidade de ampliação de políticas públicas que favoreçam a agroecologia, para que se efetive da SAN da população brasileira. Percebe-se entrelaçado ao discurso da SAN, o discurso das políticas públicas e dos movimentos sociais. Enquanto efeito se produz a ideia de que pode ser resolvido o problema da fome dentro da lógica de produção capitalista, enquanto uma ação reformista. Podemos retomar um pouco da problematização estabelecida junto ao discurso dos movimentos sociais: seriam suficientes políticas públicas de fomento a agroecologia com vistas a SAN, para sua efetivação? De acordo com Lowy (2013), tentativas moderadas, que aceitem as normas do sistema produtivo e pactuem com a lógica de expansão do capital, são soluções fadadas ao fracasso no enfrentamento das crises alimentares e ambiental. Assim, para o enfrentamento das dificuldades em se assegurar a SAN, seriam necessários outros horizontes históricos que transcendessem a lógica de acumulação, mercadoria e lucro.

Nos últimos anos temos encontrado na literatura também discursos que abordam a agroecologia com um enfoque estratégico para a promoção de saúde. A relação entre ambas temáticas se fortaleceu no Brasil no ano de 2012, com a divulgação do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, denominado *“Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde”*. O documento foi divulgado no congresso mundial *World Nutrition* realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano passado. O dossiê teve por objetivo alertar tanto a população quanto o estado brasileiro sobre o uso abusivo de agrotóxicos em nosso país, assim como a contaminação ambiental e o impacto negativo sobre a saúde das pessoas. Foram reunidos estudos que indicavam os prejuízos à saúde humana do uso extensivo de

agrotóxicos, bem como os seus resíduos encontrados em água, alimentos e até mesmo leite materno (ABRASCO, 2012).

Desde 2001, realiza-se anualmente o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) o qual é coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O programa funciona a partir de amostras de alimentos coletados em supermercados pelas vigilâncias sanitárias municipais e estaduais e busca identificar os alimentos que são mais contaminados por agrotóxicos, bem como quais são os insumos mais presentes e se são de uso legal ou ilegal no Brasil (ANVISA, 2013). Os relatórios divulgados do PARA encorajam os consumidores à compra de alimentos agroecológicos, uma vez que o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial do consumo de agrotóxicos.

Em uma pesquisa com agricultores agroecológicos realizada no Paraná, observou-se que o principal motivo para a transição agroecológica foram questões relacionadas à saúde, com destaque para a redução dos casos de intoxicações por agrotóxicos e o aumento da produção de alimentos saudáveis para o consumo (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009).

Ainda evidencia-se a promoção da agroecologia que preconiza a diversificação de culturas, como uma alternativa de aumento da variedade do consumo alimentar das famílias produtoras. Sendo este um possível ponto de partida para a melhoria da qualidade da alimentação delas. Neste caso, leva-se em consideração que os alimentos adquiridos em supermercados são cada vez mais industrializados o que representa uma queda na qualidade nutricional da dieta (WEID, 2004).

O discurso da promoção de saúde a partir da agroecologia constrói a informação que vem sendo muito disseminada por profissionais de saúde, que recomendam o consumo de alimentos agroecológicos para que as pessoas adotem estilos de vida mais saudáveis. Em 2012, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) divulgou aos profissionais a necessidade dos profissionais da área alertarem a população para o consumo de alimentos sem agrotóxicos, sendo esses obtidos por meio de culturas ecológicas (CFN, 2012). Vemos assim que o discurso da agroecologia e promoção de saúde constroem condutas profissionais. Assim podemos citar Corradi-Webster (2009) que afirma que os discursos não se dão de forma isolada, mas sim estão entrelaçados entre si.

Podemos descrever enquanto efeitos produzidos por esse discurso, a ascensão do mercado de alimentos agroecológicos, os quais tem sua procura aumentada em função das recomendações dos profissionais de saúde. Entretanto, nesse caso, a expansão do mercado

de alimentos agroecológicos se dá na categoria de produtos diferenciados, com valor agregado e custo mais elevado. Conforme visto anteriormente, o problema da má alimentação e nutrição tampouco se restringe a quantidade de alimentos produzidos, mas sim compõe uma rede complexa de distribuição e acesso à população, permeada pela desigualdade social. Desta forma, fica o questionamento de quais seriam os segmentos da sociedade que teriam acesso ao consumo desses alimentos diferenciados promotores de saúde? Todos teriam acesso a esses alimentos ou eles ocupariam alguns nichos específicos de mercado? Neste sentido, a partir da agroecologia enquanto promotora de saúde, quais são os interesses atendidos, os do setor saúde ou da economia? A partir desse exemplo, ainda podemos pensar em como os discursos da área da saúde são construídos de forma a legitimar necessidades econômicas.

Para melhor compreensão da agroecologia no Brasil, no próximo capítulo serão apresentadas as políticas públicas atuais que fomentam a temática na área de alimentação e nutrição.

4. A INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Para a compreensão do *status quo* da agroecologia no Brasil, além da apresentação dos discursos científicos feitos no capítulo anterior, considero essencial a articulação desses com o contexto ampliado das políticas públicas. É relevante destacar que há inúmeras outras políticas de outras áreas como meio ambiente, agricultura e desenvolvimento social, que também estão relacionadas com a temática e não são apresentadas nesse capítulo. Embora muitas das reflexões aqui estabelecidas possam se estender aos demais setores, tomaremos como foco o setor saúde, em específico a área temática de alimentação e nutrição e as políticas deste que se articulam com agroecologia.

A agroecologia é potencializada no Brasil por meio de política pública apenas recentemente. No evento mundial Rio+20 foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. A PNAPO tem como objetivo a promoção da transição agroecológica e a produção orgânica como base para o desenvolvimento sustentável. A partir dela espera-se proporcionar melhoria da qualidade de vida à população com a oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis (BRASIL, 2012).

Dentre suas diretrizes a PNAPO apresenta a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, a promoção do trabalho digno, a função social de sustentabilidade da propriedade privada, a redução das desigualdades sociais e da pobreza. Para a consolidação dessas, ela apresenta seis eixos centrais, dentre eles podemos destacar dois relevantes para a área de alimentação e nutrição: a ampliação da produção e processamento de alimentos de base agroecológica e orgânicos, priorizando-se os agricultores familiares e povos tradicionais; e a ampliação do consumo dos produtos orgânicos e agroecológicos, priorizando-se o comércio local e para isso, aumentando-se as compras feitas pelo estado (BRASIL, 2012).

Em consonância à PNAPO, um dos programas mais antigos de alimentação e nutrição do Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve publicada sua nova resolução, nº 26 em 17 de junho de 2013. Dentre as alterações dessa resolução, um dos destaques é o Art. 69 que diz: “*As aquisições realizadas no âmbito do PNAE visam contribuir para o desenvolvimento local e sustentável...*”. Também podemos destacar o enfoque nos alimentos agroecológicos nessa resolução em relação à educação alimentar e nutricional, ao se preconizar ações que estimulem o consumo desses alimentos; e em

relação à aquisição, pois se prioriza a compra de alimentos agroecológicos ou orgânicos certificados, dentro do percentual equivalente a 30% do recurso repassado pelo governo federal, que é reservado à compra exclusiva dos agricultores familiares. Ainda prevê-se na aquisição dos alimentos agroecológicos o pagamento 30% superior em relação ao preço dos alimentos convencionais, conforme a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (BRASIL, 2013).

Anteriormente a instituição da PNAPO, já havia sido instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) por meio do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Ela tem como objetivo geral promover a SAN e assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Uma das diretrizes que fundamentam essa política preconiza a *“promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos”* (BRASIL, 2010). Podemos perceber que a PNSAN certamente foi uma das políticas impulsionadoras da PNAPO, destacando-se o grande interesse da área de alimentação e nutrição para o fomento da agroecologia.

De acordo com os discursos científicos sobre agroecologia apresentados no capítulo 2 e com o discurso da teoria crítica que será apresentado no capítulo seguinte, chama-se a atenção para os efeitos produzidos pelas políticas públicas. Esses efeitos trazem a ideia de eficácia da agroecologia em relação a temas amplos como redução da fome, preservação do meio ambiente, relações de trabalho justas para o agricultor e melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, sem preconizar nenhum demérito às políticas instituídas, ficam as indagações: o quanto essas ações políticas serão capazes de provocar rupturas sobre o padrão econômico-estrutural vigente? E, quanto o capital vai colaborar com a efetivação ampla de todos os objetivos expostos pelas políticas?

De fato o que temos são políticas fundamentadas no conceito hegemônico de sustentabilidade, o qual a partir de uma perspectiva crítica se apresenta como estimulador da subordinação dos sujeitos à lógica econômica e competitiva, sob o discurso da cooperação. Já o conceito de sustentabilidade ambientalista crítico propõe o oposto, que o setor econômico se subordine aos sujeitos, sem que haja dependência e submissão em nenhum momento do ciclo de produção e distribuição dos produtos originados do trabalho humano (LOUREIRO, 2006).

A fim de aperfeiçoar a compreensão da construção dos sentidos da agroecologia, o capítulo seguinte levantará alguns conceitos da Teoria Crítica relevantes para esse estudo.

5. ELEMENTOS DA TEORIA CRÍTICA PARA A CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO DOS SENTIDOS DA AGROECOLOGIA

De acordo com a proposta construcionista de compreensão da construção dos sentidos sobre agroecologia, a partir da apresentação seguida de uma problematização dos discursos científicos sobre a temática, considero de grande relevância abordar o discurso da Teoria Crítica e estabelecer uma análise de seus efeitos, a fim de articular a agroecologia, o construcionismo social e a Teoria Crítica.

A Teoria Crítica parte de conceitos marxistas, alguns de grande importância para essa pesquisa, tais como a alienação e o fetichismo da mercadoria. Entretanto ela não pretende apresentar soluções ou explicações mais adequadas sobre como deveria funcionar o sistema econômico a qual estamos inseridos. Cabe a ela “entender como as coisas funcionam” ainda, além disso, busca estabelecer uma análise do funcionamento concreto do capitalismo com vistas à emancipação, que ao passo em que é possível, também se mantém bloqueada pelas relações sociais vigentes (NOBRE, 2008).

Retomando um pouco sobre Marx, para uma compreensão inicial, vale enfatizar-se o conceito de alienação: ela que diz respeito ao afastamento do trabalhador em relação ao valor do seu trabalho, é ainda mais abrangente e trata de um distanciamento do homem de si mesmo, de sua natureza humana. Isso acontece porque o trabalho não está mais a serviço do desenvolvimento do homem enquanto ser, e sim submetido à lógica do capital (SELL, 2009).

Marx (1994) fundamenta a ideia de alienação sob uma análise da mercadoria. Segundo o autor, em princípio a mercadoria parece algo comum com determinada utilidade, mas analisando-a percebe-se um caráter misterioso, o qual ocultam características das relações sociais que a constituíram, mostrando-se apenas as suas características materiais. Logo a mercadoria de desvincula do trabalho que a gerou e ganha vida própria. É esse processo de alienação que “coisifica” o homem e humaniza a mercadoria ao qual se dá o nome de fetichismo. É através dele que ocorre o processo de mercantilização da vida e das relações sociais (MARX, 1994).

Ao analisarmos o discurso científico apresentado sobre emancipação do agricultor a partir da agroecologia sob a ótica do discurso de Marx, compreendemos que a fetichização da mercadoria se dá também na rede de produção e consumo de produtos agroecológicos. Embora o discurso da agroecologia enquanto emancipatória destaca a

independência do agricultor em relação ao complexo industrial agrícola, podemos questionar sobre as relações sociais, o trabalho e relação com o meio ambiente mais justa, como elas são transpostas na rede de produção e consumo? Elas são importantes somente para os agricultores ou os consumidores também podem percebê-las e acessá-las? Nos dias atuais, alguns especialistas da área afirmariam que essas questões podem ser identificadas pelos selos de certificação. O processo de certificação é normatizado pelo Decreto nº 6323/2007 e tem como objetivo assegurar que o produto foi produzido a partir de processos que respeitem as diretrizes da agricultura agroecológica, entre elas a promoção do trabalho justo e digno (BRASIL, 2007). É na certificação que se evidencia o fetichismo dos produtos agroecológicos. Os agricultores são aqueles que levam os produtos ao mercado para comercialização enquanto a mercadoria recebe um selo de certificação que legitima o valor agregado das relações sociais que envolveram a produção. Ou seja, as relações humanas passam a estar contidas no produto e são representadas por um selo. Enquanto o agricultor continua a se distanciar do seu trabalho ao exercê-lo de acordo com as necessidades de mercado. Para exemplificar a fetichização dos produtos agroecológicos, podemos citar Caldas e Anjos (2010) que ao entrevistar agricultores e questionar sobre as vantagens do sistema de certificação identificou que 67% dos entrevistados afirmaram ser a facilidade de comercialização e o aumento da renda familiar, enquanto apenas 12% responderam ser a socialização de experiências.

Retornando aos conceitos da Teoria Crítica, na metade do século XX os autores da Escola de Frankfurt, ao perceberem a fragilização das teses marxistas sobre emancipação, desenvolvem outros conceitos a fim de compreender as dificuldades de sua realização. Um dos conceitos centrais é a Indústria Cultural, inaugurado pelos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer, publicado no livro: “Dialética do Esclarecimento”. Os autores se dedicam em explicitar como a subjetividade humana também foi transformada em mercadoria e abarcada pelo capital (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). A Indústria Cultural vem em substituição do termo comum “cultura de massas”. Entende-se que neste último, a cultura parte das massas, sem que haja mecanismos que a controle, podendo ser confundido com o que se chama de arte popular. A partir do termo Indústria Cultural se aceita que além dos meios de produção, também os meios de comunicação e as opções de lazer são submetidos a um controle intenso, hierarquicamente determinado (GATTI, 2008). Os interesses que permeiam esse direcionamento são bem definidos e servem para atender as

necessidades de mercado. A massa, que passam a ser os consumidores, são direcionados para o consumo daquilo que se oferece. Entretanto, isso se dá de forma sutil, que não é percebida e ainda se cria a falsa impressão da liberdade de escolha. Assim, os consumidores, creem que as escolhas são suas e individuais, quando coexiste uma padronização da oferta dessas “múltiplas escolhas” (TELLES; COSTA; SEVERIANO, 2009).

Adorno e Horkheimer defendem que em todos os setores da sociedade fabricam-se produtos planejados para o consumo de massas, tanto na indústria propriamente dita, também como na esfera da cultura. Podemos exemplificar a partir da produção de alimentos agroecológicos essa manifestação: a Indústria Cultural apropria-se de valores humanos, tais como as relações de trabalho e com o meio ambiente para explorá-los comercialmente como produtos com valor agregado. Como características de indústria, temos ainda o planejamento que determina a escala de produção de acordo com as tendências de venda e a padronização de produtos.

Ao entrelaçar os discursos da Indústria Cultural e da promoção de saúde a partir da agroecologia, constrói-se a ideia de que o produto certificado segue inclusive os padrões de qualidade da indústria de alimentos, além de serem ecologicamente e socialmente sustentáveis. Assim dissemina-se a informação que tais produtos apresentam benefícios em relação à saúde. Entretanto, no contexto em que esse comércio está inserido, realmente seria a saúde a preocupação primordial?

Ainda é necessário destacar o papel dos profissionais de saúde que seriam os legitimadores da necessidade de padronização por questões científicas de qualidade. Como efeito desse discurso é produzido uma nova mercadoria: o produto agroecológico. Esse chega ao consumidor com uma função além do uso, a de ser sócio e ambientalmente responsável. Assim, deixa-se de focar em questões centrais, como a redução das desigualdades, da acumulação de capital, do consumo em si. Segundo Loureiro (2006), centrar a atenção no cidadão consumidor e ignorar aspectos estruturais do modelo vigente, como economia e mercado, e os problemas que dele derivam, provoca a exclusão daqueles que estão fora do mercado, deixando-se excluídos duplamente: social e ambientalmente. A partir desses efeitos, que é relevante repensarmos sobre qual o verdadeiro impacto das políticas públicas que fomentem a agroecologia, bem como as regulamentações referentes à certificação. Para incentivá-las ou não, é fundamental ter clareza a respeito de quais são os beneficiados com o desenvolvimento

desse novo mercado e quais são os interesses do estado relacionados à questão. Conforme Acselrad (1999 apud Loureiro 2006), não é suficiente questionar quanto dos recursos naturais são utilizados, mas é preciso perguntar-se também “para que” e “para quem” eles estão sendo destinados. Retomando Lowy (2013) o fomento estatal à agroecologia seriam talvez tentativas amenas de resolução das crises alimentar e ambiental, de forma que elas se adaptem as normas do capitalismo?

Embora seja bastante difícil não tentarmos desconsiderar os discursos que nos parecem opressores e injustos, de forma coerente a perspectiva construcionista, a eliminação daquilo que não consideramos certo, seria a criação de uma nova verdade. Assim, pretende-se favorecer formas de diálogo a partir das quais possam emergir novas construções e novas relativizações referentes à temática (GERGEN; GERGEN, 2010). Para tanto, nos capítulos seguintes são apresentados os objetivos e o percursos metodológico dessa pesquisa que propõe a criação de relações por meio das quais se possam construir outras perspectivas para a temática.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

- Compreender os sentidos e descrever os efeitos das narrativas sobre agroecologia dos diversos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, a fim de ampliar a reflexão sobre a temática.

6.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as construções discursivas sobre agroecologia dos diferentes atores envolvidos com a temática em Florianópolis/SC.
- Descrever os efeitos produzidos sobre a temática por atores envolvidos na rede de agroecologia.
- Elaborar recursos teóricos que possam contribuir com reflexões acerca da agroecologia.

7. PERCURSO METODOLÓGICO

7.1 Delineamento teórico-metodológico de pesquisa

Este estudo se deu a partir de uma postura construcionista enquanto suporte epistemológico e metodológico, o qual teve como eixo central os diferentes sentidos produzidos pelos atores envolvidos na rede de agroecologia, no município de Florianópolis. A expectativa sobre essa pesquisa foi de se proporcionar ao leitor a reflexão sobre a temática.

Este estudo, enquanto um trabalho construcionista, não se utilizou de uma metodologia fechada, mas de um percurso que levou a compreensão de sentidos e, não de uma avaliação na qual emergiria uma verdade em detrimento das demais. Nesse caso, a pesquisadora assumiu uma postura reflexiva nos processos de investigação. Ainda, não houve a expectativa de obter um consenso entre os diversos sentidos que emergirem dos diferentes participantes, prevalecendo o pressuposto da multiplicidade. O desafio do construcionismo é ampliar olhares e perspectivas e não reduzi-los, apontando algum dos sentidos como mais verdadeiro ou adequado que os demais (MCNAMEE, 2010).

Esse estudo não partiu do pressuposto que existe uma realidade externa a ser acessada, ou descobrir uma verdade sobre agroecologia a ser evidenciada. Por meio do processo relacional que se dará durante as entrevistas foram construídos sentidos para agroecologia, com a presença da pesquisadora e do pesquisado enquanto sujeitos com vozes ativas. Então se construiu uma realidade para a temática investigada, a qual é única do contexto e dos atores envolvidos (CORRADI-WEBSTER, 2009). De acordo com Spink (2010), partiremos do pressuposto que as pessoas podem se expressar de formas diferentes, de acordo com o local em que se situam, com que falam, com o que lhe foi dito anteriormente e com qual é a forma de interação estabelecida. Desta forma, buscamos compreender quais os contextos e discursos relacionados às falas dos entrevistados.

Ao compreender a realidade a partir do construcionismo social, os critérios metodológicos científicos utilizados são transformados. A neutralidade, objetividade e generalização deixam de ser possíveis na proposta construcionista. O objetivo almejado é a aproximação com o processo social da pesquisa, a fim de proporcionar reflexão e debate sobre a temática que podem gerar outros discursos além daqueles já cristalizados enquanto verdadeiros. Para a definição do rigor de pesquisa se considera o detalhamento e a descrição de cada etapa da pesquisa,

bem como os procedimentos que foram utilizados (CAMARGO-BORGES, 2007).

Segundo Gergen (1978) apud Camargo Borges (2007) na postura construcionista o conhecimento possui múltiplas determinações e vozes, contribuindo assim para a produção de outros conhecimentos, em uma rede que é ilimitada.

7.2 Local do estudo

O estudo foi realizado no município de Florianópolis/SC, o local tem se destacado tanto na produção como na expansão de locais de venda de alimentos agroecológicos.

Santa Catarina possui características fundiárias, sociais e culturais que organizam cerca de 90% dos agricultores na lógica da agricultura familiar. Desta forma, o desenvolvimento da agroecologia no estado apresenta-se favorável (EPAGRI, 2008).

Em 2008, segundo dados da EPAGRI, o estado já possuía cerca de duas mil famílias que cultivavam alimentos agroecológicos e essa forma de produção já crescia cerca de 20% ao ano. O número de associações de produtores agroecológicos também se apresenta em expansão nos últimos dez anos no estado.

O município de Florianópolis é sede do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), o qual é uma organização não governamental que possui como objetivo o desenvolvimento e a viabilização da agroecologia no sul do Brasil. Também no município são promovidas semanalmente quatro feiras urbanas agroecológicas, a fim de expandir as vendas desses produtos no município. Uma delas acontece na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), outras duas na região sul e a quarta na região leste da ilha.

Outro fator recente que aponta a expansão do mercado de alimentos agroecológicos em Florianópolis foi um movimento iniciado pela UFSC e pela CEPAGRO, que junto a entidades da sociedade civil, durou dois anos e culminou na conquista de um Box exclusivo para a comercialização de alimentos agroecológicos na Central de Abastecimento (CEASA) de Santa Catarina, em dezembro de 2012.

Desta forma, por identificar-se um forte movimento de incentivo e fomento à agroecologia em Florianópolis, elegeu-se o município como campo desse estudo.

7.2 Colaboradores do estudo

A fim de se manter a coerência metodológica com os objetivos do estudo foram escolhidos pela pesquisadora cinco colaboradores para esta pesquisa, os quais deveriam ser:

- Um profissional de agronomia – que atue junto a instituições que promovam a transição agroecológica como modo de produção alternativa à convencional;
- Um profissional de saúde – que desempenha trabalhos de orientação voltados para o consumo de alimentos agroecológicos;
- Um produtor e feirante – que produz e comercializa em feiras alimentos agroecológicos;
- Um comerciante – que atue em mercados convencionais, voltados ao comércio de alimentos agroecológicos;
- Um consumidor de alimentos agroecológicos – que busque consumir alimentos dessa natureza e os adquira com frequência;

A escolha dos entrevistados se deu por conveniência, a partir de locais previamente mapeados pela pesquisadora, que se destacam no trabalho com agroecologia, no município de Florianópolis, SC. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2013, em locais e horários previamente acordados entre a pesquisadora e os participantes.

É importante destacar que, de acordo com a perspectiva construcionista, a escolha dos colaboradores desse estudo interfere nos sentidos que foram construídos sobre a temática agroecologia. Se fossem escolhidos outros atores desse processo, mesmo ocupando as mesmas posições sociais, poderia se ter outras histórias e outros valores, que resultariam na possível construção de outros sentidos (CORRADI-WEBSTER, 2009). Esse fato de forma alguma invalida o estudo, entretanto deve ressaltar-se que os sentidos que serão apresentados a seguir não tem a pretensão de ser inferidos a todos os atores envolvidos na rede de agroecologia.

7.3 Instrumentos e procedimentos

O instrumento utilizado nesse estudo foi a entrevista aberta, onde os entrevistado foram convidado a falar livremente sobre o tema e as perguntas do pesquisador serviram para aprofundar as reflexões estabelecidas (MYNAIO, 2007). As entrevistas versaram sobre os seguintes aspectos:

(1) A origem da relação com os alimentos agroecológicos: quando começou a consumir/produzir/incentivar/comercializar, quais foram os fatores que impulsionaram à adesão à agroecologia;

(2) Quais motivos da permanência da relação com alimentos agroecológicos: por que consome/produz/incentiva/comercializa? Quais são os benefícios identificados?

(3) Considerações sobre a expansão da produção e consumo de alimentos agroecológicos: considera importante ampliar a rede agroecológica? Por quais motivos? De que maneira imagina que essa expansão pode ocorrer? Quem seriam os beneficiados?

Foi elaborado um roteiro inicialmente para inspiração da pesquisadora durante a realização da entrevista, entretanto não se utilizou deste enquanto questionário para as versões entrevista estruturada ou semi-estruturada. Foram estabelecidas conversas com os entrevistados, nas quais eles eram convidados a falar sobre a temática. Na entrevista não estruturada, são apresentados os objetivos da pesquisa antes da sua realização, assim entende-se que o entrevistado é posicionado em relação ao tema e convidado a abordar os aspectos relativos aos sentidos da agroecologia com maior ênfase durante o relato (SILVA, 2003).

7.4 Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi encaminhado previamente para apreciação do Comitê de Ética da UFSC. Após sua aprovação, certificada por meio do parecer substanciado nº 412.479, todas as entrevistas foram realizadas respeitando-se os aspectos éticos contidos na resolução nº 466/2012.

Ao início das entrevistas, foram informados ao colaborador os objetivos da pesquisa, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após o esclarecimento do mesmo. Foi fornecida ao participante uma cópia do TCLE contendo o email e telefone da pesquisadora, caso tenham interesse ou necessidade de contatá-la. Também foi solicitada a permissão para a gravação em áudio da conversa entre pesquisador e colaborador. As entrevistas aconteceram em uma sala privativa e fechada, a fim de assegurar a confidencialidade das informações e preservar a imagem dos participantes.

7.5 Análise das Entrevistas

As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra e analisadas. A análise se deu por meio da imersão da pesquisadora nas informações coletadas. O objetivo não foi enquadrar as informações em categorias ou eixos temáticos pré-estabelecidos, mas sim deixar descrever e relatar os sentidos descritos e construídos durante a entrevista a partir da leitura das transcrições (SPINK; LIMA, 1999).

Durante a conversa cada entrevistado foi convidado a falar sobre uma história que o mantivesse motivado a trabalhar com agroecologia, dois deles (o agrônomo e o nutricionista) relataram experiências exitosas que vivenciaram e um outro (o produtor), relatou um momento da sua vida. Os outros dois (comerciante e consumidor) responderam pontualmente com exemplos breves ao convite da fala e então, respeitou-se a escolha deles em não compartilhar uma história. As histórias contadas estão registradas no capítulo seguinte. Com exceção da história de vida, relatada pelo produtor, elas foram reorganizadas pela pesquisadora, após escutar e ler a transcrição por diversas vezes. Buscou-se reescrevê-las sem alterar os seus significados originais, apenas aperfeiçoar a redação a fim de facilitar a compreensão da leitura.

Os cinco participantes também foram convidados a refletir sobre os potenciais de permanência e expansão da agroecologia, em relação a esta proposta, quatro deles (agrônomo, nutricionista, comerciante e consumidor) enfatizaram desafios a serem superados, enquanto o produtor falou principalmente sobre as potencialidades da temática.

Após o registro das histórias e desafios contidos nas narrativas, foi confeccionado um dicionário apresentando-se os sentidos da agroecologia para cada ator participante em um quadro. Abaixo de cada quadro, foram apresentadas as falas que levaram a denominação de cada termo atribuído à agroecologia. Optou-se por ordenar as histórias, desafios e sentidos nesta seqüência, pois se compreendeu que os sentidos emergiram das experiências e reflexões a cerca dos desafios, manifestadas nas narrativas dos entrevistados.

8. HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EXITOSAS COM A AGROECOLOGIA

I) Relato de Experiência Exitosa do Agrônomo com a Agroecologia

Agricultura Urbana: a Revolução dos Baldinhos

A Organização Não Governamental (ONG) na qual o agrônomo entrevistado participa tem duas linhas principais de atuação: desenvolvimento rural sustentável e agricultura urbana. A experiência exitosa relatada está ligada a segunda linha, denominada de *Revolução dos Baldinhos*.

A *Revolução dos Baldinhos* hoje é uma referência para a sociedade, assim como para a comunidade local. Mas ela não surgiu de um projeto pronto, foi um projeto construído a partir de uma realidade, uma necessidade da comunidade, com articulação dos diversos atores envolvidos. Foi um projeto feito a partir da construção coletiva, que é o jeito desta ONG trabalhar, segundo o agrônomo. Relatou ainda que, na ONG, havia a ideia de trabalhar com agroecologia na cidade, desde 2006, enfocando a agricultura urbana e sua importância. Assim a ONG começou a passar um dia em uma comunidade carente de Florianópolis. Passavam o dia lá, vivenciando o seu cotidiano, trabalhavam na escola, na creche, com o grupo de mulheres, com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Essa aproximação foi estabelecida, pois nas atividades de desenvolvimento rural, a ONG já atuava em conjunto com os outros atores, estabelecendo relações de igualdade com camponeses e agricultores.

Neste acompanhamento semanal, surgiu um grande problema de saneamento e saúde pública: a infestação de ratos. Houve casos de ataque de roedores em crianças, de leptospirose, o que chamou a atenção do centro de saúde. O médico de família da área chamou uma reunião com as ACS e lideranças comunitárias. A proposta da reunião para solução do problema foi, além da desratização, a retirada do foco, que era o lixo orgânico; a comida do rato. Além do problema da falta de coleta de lixo no local, a população tinha o hábito de jogar lixo em qualquer lugar. Assim na reunião decidiu-se desratizar e separar o lixo orgânico e destiná-lo à compostagem, mas isso ainda era uma utopia. Com a presença dos líderes comunitários, duas moças do grupo de mulheres se dispuseram a desenvolver ações de educação em saúde, ir de casa em casa, desde que tivessem uma remuneração para tal

atividade. No momento a renda não era possível, mas a ONG se comprometeu a buscar financiamento e iniciar um planejamento da ação. De agosto a dezembro de 2006, os envolvidos: comunidade, a equipe de saúde e membros da ONG se reuniram para a elaboração do projeto. No mês de janeiro, conseguiram a aprovação de um projeto com financiamento, junto a uma empresa de economia mista do setor de energia situada em Florianópolis. O recurso obtido foi destinado para o pagamento das duas moças do grupo de mulheres, que então iniciaram as ações junto à comunidade. Destaca-se a forma das duas moças, de encarar esse trabalho como uma alternativa de transformação. Elas entregavam baldinhos nas casas para os moradores separarem o lixo orgânico e faziam a coleta posteriormente. No início puxavam de carrinho de mão, depois de carrinho de roda, hoje é a empresa que faz a coleta de lixo municipal quem recolhe, devido ao aumento da participação da comunidade. Era feito também o trabalho de educação em saúde, com orientações sobre a importância do destino correto do lixo. Como eram pessoas da comunidade executando a ação, a receptividade dos moradores foi grande e resultou em uma boa adesão à proposta. Logo a ação ficou conhecida em todo o município como a *Revolução dos Baldinhos*.

As mudanças na comunidade, após a coleta do lixo orgânico para realização da compostagem eram visíveis a todos. As ruas estavam mais limpas e, a comunidade passou a ser reconhecida não somente pelo tráfico, criminalidade e pobreza como era antes, mas sim também pela compostagem e pela agricultura urbana, potencializada pela oferta de adubo orgânico. Agora a população de orgulha em dizer: “De vez em quando cai um ônibus de quarenta estudantes da universidade para conhecer o projeto de compostagem e as hortas das escolas e creches”.

A produção de fertilizante a partir do lixo orgânico tem aumentado, uma parte é doada à comunidade, para manutenção das hortas escolares, comunitárias e plantações nos quintais e, outra é vendida. Atualmente há três projetos externos que financiam a estrutura para ampliar a cooperativa de adubo orgânico, a ideia é aumentar em cinco vezes a estrutura que se tem hoje. A universidade e a ONG acompanham o projeto e tem a intenção de transformar em um empreendimento social.

O cultivo de alimentos pela comunidade foi incentivado com a produção e distribuição do adubo orgânico, pois um desafio era encontrar uma terra boa para plantar. Na comunidade já era comum o plantio de alimentos, pela cultura do campesinato da população, sendo que muitos moradores são provenientes do êxodo rural. Na época da

construção de casas populares, para quem estava em área de risco, era comum o morador tirar o barraco enquanto ia para moradia temporária, e lá no terreno fazia roça de cebola, alho, batata doce, laranja. As justificativas dos moradores para o plantio eram: “*eu gosto de plantar, passa o tempo, tem o que comer*”. É fortalecida uma agricultura muito mais vinculada à cultura que ao negócio. As pessoas mais dedicadas à agricultura urbana vieram do meio rural. É a cultura do campesinato que se manifesta, a qual pouco se identifica no mundo hoje, composta por relações além das mercantis como as de troca, confiança, reciprocidade e atenção ao próximo. Isso é a consolidação da prática agroecológica, a valorização de outras relações, além das estabelecidas pelo sistema econômico.

Ainda, um grupo de jovens que hoje atua junto à cooperativa que surgiu da *Revolução dos Baldinhos*, e antes estavam envolvidos no tráfico, vêem o crescimento da cooperativa como uma oportunidade, uma perspectiva de vida.

II) Relato de Experiência Exitosa do Nutricionista com a Agroecologia

Caso das produtoras de banana

O nutricionista entrevistado desenvolveu ações de extensão rural junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) no estado de Santa Catarina, e relatou um dos casos vivenciados neste processo, considerando-o uma história bem sucedida relacionado ao trabalho com agroecologia.

No município em que realizam as atividades de extensão, um dos trabalhos era um grupo de mulheres agricultores, com ações educativas sobre saúde e meio ambiente. Para contextualizar, o local é um grande produtor e exportador de banana. A última grande conquista dos agricultores locais convencionais, foi a construção da pista de avião, para viabilizar a pulverização aérea da banana. Infelizmente, no local, os agricultores familiares têm como imagem-objetivo o agronegócio, devido aos rendimentos financeiros.

No grupo de mulheres, elas traziam muitas queixas sobre a saúde, dores, indisposição, casos de doenças na família. Assim, começou-se a trabalhar temas relativos à alimentação saudável e promoção da saúde e, estabelecendo-se uma relação com possíveis intoxicações e doenças crônicas, tal como o câncer.

Os encontros do grupo eram semanais e, no decorrer do processo, elas apresentaram um interesse pela mudança na alimentação. E gerou-

se um conflito, pois elas não queriam mais comer o que produziam, mas precisam produzir para a venda, que era destinado ao consumo de outros. Isso as deixava em uma situação desconfortável. Elas começaram a se organizar, para fazer horta nos parentes que moravam em outra comunidade, onde não havia a pulverização aérea na plantação de banana, isso demonstrou uma sensibilização sobre a contaminação do solo e meio ambiente.

No dia do encerramento do grupo, as mulheres agricultoras prepararam várias receitas, elaboradas com alimentos agroecológicos e compartilham a história e origem de cada alimento e conversaram sobre as dificuldades de obtê-los no local em que residiam, devido à economia fundamentada no agronegócio.

III) História de vida motivadora para prática agroecológica

“Eu saí com 12 anos da escola para ir para roça. Era assim, fez a 4ª série e você sai, vai trabalhar e pronto! Meu pai era pedreiro, ele construiu duas grandes usinas lá. A minha mãe trabalhava para subsistência, para a gente ter as coisas. Mas eu tive que ajudar, dos 12 aos 17 anos eu trabalhei na roça. A gente plantava bastante. Tínhamos leite, carnes, ovos, frutas, legumes, feijão, milho, batata, mas não pra vender, sempre pra comer, então tinha que ser limpo.

Mas eu também tive que trabalhar para ganhar dinheiro, por que a roça de casa era para comer e não para ganhar dinheiro. Com 12 anos eu fui para roça de fumo, eu saí da escola em dezembro, quando começou a safra. Aí fui direto para roça de fumo. Eu passava muito mal, fisicamente. Para algumas coisas eu sou fraco, como para produtos químicos, talvez. Eu tinha muita febre, vômito constantemente, todos os dias da semana eu passava mal. E os outros que trabalhavam comigo não, eu sempre achava que eu era um cara fraco, porque eu passava muito mal. A gente trabalhava muito, de manhã no escuro, até a noite no escuro, era 14 a 15 horas por dia. Mas, à noite, depois do banho, eu passava muito mal, era gosto amargo na boca, pele ficava seca, sempre dava uma coisa ruim.

Aí quando eu tinha 17 anos, meus irmãos abriram uma pequena fábrica de queijo, eu fui fazer um curso no sul de Minas. Depois passei uns anos em São Paulo, trabalhei na indústria de laticínios lá. Voltei pra casa em 2004. Foi quando eu conheci a agroecologia e então comecei esse trabalho.”
(Produtor)

Durante as entrevistas, ao discorrer sobre a temática, todos os entrevistados foram convidados a relatar experiências motivadoras para a permanência da relação com a agroecologia.

O produtor compartilhou uma história da sua vida, na qual descreve o porque optou por trabalhar com a agroecologia e não à convencional. De acordo com Camargo-Borges (2007), o compartilhamento de uma história de vida dá legitimidade aos argumentos apresentados. Enquanto um argumento exposto pode gerar contra-argumentos, uma história pessoal adquire validade, uma vez que não há como negar uma experiência vivida. A história da sua infância e adolescência, nas experiências de agricultura limpa para subsistência e agricultura convencional como fonte de renda, constroem a motivação para a opção de ocupação laboral dele hoje: produtor e feirante agroecológico.

Outros dois entrevistados, o agrônomo e o nutricionista relataram casos – Agricultura Urbana: a Revolução dos Baldinhos e o Caso das Produtoras de Banana – respectivamente. Para compreendermos os efeitos que essas histórias têm potencial em produzir sobre o contexto local, refletiremos a partir do estudo de Almeida (2002), que a partir da conjuntura sociopolítica da região sul do Brasil, indicou três cenários possíveis de concretização da ideologia agroecológica: o primeiro se dá em prazo curto, no qual os ideais agroecológicos podem ser apreendidos por pequenos agricultores familiares, em situação de necessidades financeiras e de recursos naturais, os quais produzem sobretudo para sua subsistência. O “Caso das produtoras de banana”, relatado pelo nutricionista parece compor este cenário. São mulheres que sensibilizadas pelos prejuízos dos alimentos convencionais, encharcados de agrotóxicos, em especial na região, onde a grande conquista da agricultura foi uma pista para pulverização aérea, decidiram produzir alimentos cultivados em outras comunidades, distantes da pulverização. Na história não é possível compreender com clareza se essas mulheres compunham uma classe social com dificuldades financeiras, entretanto, na fala do entrevistado, em determinando momento é dito que a

imagem-objetivo dos agricultores agroecológicos hoje seria o agronegócio no futuro, como possibilidade de ascensão. Permitindo-se entender que estariam envolvidos na agroecologia os agricultores à mercê do cultivo convencional, desprovidos de renda e tecnologia necessária para tal inserção. Ainda, é válido ressaltar que a motivação para o cultivo dos alimentos agroecológicos, eram questões relativas à saúde, considerando-se que a adoção de estilos de vida saudáveis hoje compõe um mercado consistente, o qual contempla a venda de produtos, a prestação de serviços a restrita da população, pode-se compreender que o não acesso a este mercado também as direcionaria a agroecologia, que ainda é uma prática marginalizada no meio produtivo (ALMEIDA, 2002).

O segundo cenário pode se consolidar a médio e longo prazo, ele consiste na “ecologização” da agricultura, esse já é visível em várias ações como a compostagem, a adubação verde, no manejo ecológico dos solos em concomitante desuso dos insumos químicos (ALMEIDA, 2002). Este cenário pode ser ilustrado com a história do agrônomo: “Agricultura Urbana: a Revolução dos Baldinhos”. Este relato descreve o percurso da mobilização comunitária para realização da compostagem e venda do adubo orgânico, bem como seus efeitos no aumento da agricultura urbana, por meio de hortas comunitárias, escolares e cultivos em quintais.

O terceiro contexto seria prospectivo, da agroecologia como alternativa técnico-produtiva e sócio-política ao modelo vigente (ALMEIDA, 2002). Para a consolidação deste novo paradigma, faz-se necessário que se efetivem outras condições sociais e políticas na sociedade brasileira, como a autonomia dos agricultores em relação ao mercado, à soberania alimentar e o desenvolvimento de meios produtivos não centrados no lucro. No horizonte próximo, considerando-se o modelo de sociedade vigente, as experiências exitosas de agroecologia permanecem centradas em contextos pontuais, não afetando a estrutura do modelo de agricultura convencional e da sociedade, permanecendo com diversos desafios para se firmar enquanto um processo, de fato, transformador

9. DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DAS NARRATIVAS

I) Desafios da Agroecologia para o Agrônomo

a) Dar visibilidade à agricultura urbana

Para o agrônomo, ela é invisibilizada, existe, mas não é percebida. Não se reconhece a agricultura do quintal, por exemplo. Um primeiro passo é identificá-la, depois fortalecer a produção no meio urbano, por meio de políticas públicas.

b) A produção agroecológica no modelo de sociedade atual

Em nossa conversa, o agrônomo ao expor sua opinião sobre o modelo de sociedade atual, relatou que o sistema e o mercado são dinâmicos, não acredita que vai existir um movimento que o mercado não incorpore desde que haja perspectivas de lucro. O mercado vai buscar se apropriar das iniciativas agroecológicas, o ponto de resistência é o princípio do campesinato, esse sim é transformador, pois não se curva à lógica do capital.

II) Desafios da Agroecologia para o Nutricionista

a) Inserção da agroecologia urbana em mercados

A agricultura urbana ainda não fornecia alimentos para o PAA e PNAE, que são políticas públicas de aquisição. A compra concentrava-se nos agricultores do meio rural, pois somente estes tinham aptidão legal para vender, por ter terem direito à DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar). Assim, são agricultores que seguem os princípios agroecológicos, mas estão excluídos das políticas públicas.

b) Confusão conceitual entre o orgânico e o agroecológico

Muitas pessoas, principalmente na rede de consumo, não diferenciam o produto agroecológico do orgânico. Embora ambos sejam isentos de agrotóxicos, o agroecológico é permeado por uma ideologia ampliada, que envolve relações com a natureza, comércio justo, revisão

dos padrões de consumo, relações de trabalho justas e baseadas na agricultura familiar, entre outros aspectos. O agricultor reconhece facilmente a diferença, os estudiosos da área também, mas quanto ao consumidor, ele tem dificuldade em perceber. Faltam ações educativas e informativas ao consumidor para que não ocorra o reducionismo do conceito de agroecologia ao “sem agrotóxico”.

c) O acesso do produtor agroecológico ao mercado e a comercialização

As políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são estratégias de inserção dos agricultores agroecológicos em redes de comercialização, mas elas ainda não abrangem todos, principalmente no meio urbano. Em Florianópolis, por exemplo, uma dificuldade para aquisição de alimentos agroecológicos pelo PNAE seria atender a demanda, em variedade e quantidade, regularmente ao longo do período proposto pelos editais de chamada pública para compras do município. Assim, os agricultores agroecológicos costumam organizar feiras e associações, ou parcerias com empresas de varejo para escoarem a sua produção.

d) A conscientização dos agricultores para a transição agroecológica:

O nutricionista entrevistado reconhece que para os técnicos e pesquisadores, os benefícios da agroecologia são muito claros, mas para o agricultor que durante toda a vida praticou agricultura convencional, não é simples. Eles levam um tempo maior para se sensibilizar, o que faz com que muitos permaneçam na agricultura convencional.

III) Potencialidades da Agroecologia para o Produtor

a) A parceria com o mercado e os restaurantes

O produtor destaca a parceria que realizou com as empresas de Florianópolis (mercados e restaurantes). A principal vantagem é ter a segurança da venda do que ele vai produzir. Esse acordo ainda é informal, não há contratos estabelecidos, pois tem funcionado bem dessa forma.

“Acho que encontrá-la aqui e ter essa relação de confiança, foi encontrar a pessoa certa, no lugar

certo e na hora certa, por que isso não acontece todos os dias na sua vida, poder produzir a vontade e ter para onde escoar.” (Produtor)

b) Considerar além da renda, a prática como um estilo de vida:

O produtor ressalta que para a expansão da agroecologia é preciso compreendê-la enquanto um estilo de vida, se identificar com a proposta ideológica e não somente com as possibilidades comerciais e de lucro.

“Começamos com várias famílias, que acabou não dando certo, porque quem não entende o negócio, quem não leva como um estilo de vida, vê só pela “grana” é ruim. Porque você tem que fazer um mercado, fazer os seus clientes. E no começo foi bem difícil, foi desanimador, sabe?!” (Produtor)

c) O contato com as pessoas, as trocas de experiências

Na narrativa do produtor, há um destaque para as relações humanas que ocorrem na feira, para além das relações econômicas estritas, mas reforçando que a sustentabilidade financeira é fundamental.

“(…) Eu penso em fazer algo parecido com turismo, mas não só se hospedar lá. Eu queria levar poucas pessoas, estar junto, contar a minha história, do meu lugar. Eu penso em fazer isso, mas por enquanto eu não posso, não tenho infraestrutura. Mas esse é um dos sonhos que eu tenho, quando não der mais pra vir fazer feira, eu faço lá.” (Produtor)

- Desafio da Agroecologia para o produtor

a) Trabalho é intenso e cansativo

O produtor relata o quanto é árduo o trabalho com a agricultura e a comercialização dos produtos. Relata que as pessoas em geral, têm uma percepção idealizada sobre o campo, relacionando-o com descanso, tranquilidade, qualidade de vida, enquanto para quem vive lá o cotidiano é bastante diferente disso.

“Faço só essa feira e não penso em fazer outra. Uma por semana está de bom tamanho, pois saio à

uma hora da manhã de casa na quarta e volto à uma hora da quinta, são quase 25h de trabalho. Eu tenho que passar em todos os produtores, carregar tudo fresco, montar toda a estrutura, toda vez tem que montar e desmontar. Se fosse um lugar fixo, não é difícil fazer uma feira, mas aqui é... e tem que montar cedo, porque 6h da manhã já tem pessoas para comprar (...)por que essa visão do sítio é muito romântica, as pessoas pensam: ah, vou ter um pedaço de terra e plantar. Na verdade não é, é muito dolorido, é pesado. Então quem vai, vê como é de verdade. Porque ir para um sítio no final de semana, descansar, brincar, é uma coisa.” (Produtor)

IV) Desafios da Agroecologia para o Comerciante

a) Atender a variedade de alimentos que os consumidores procuram junto aos produtores locais

Não são todos os alimentos que o consumidor procura que podem ser fornecidos pelos produtores locais. Embora eles sempre tenham prioridade, já que a logística de transporte e custos é mais viável, quando falta algum produto, é preciso buscar nas Centrais de Abastecimento (CEASA) de Curitiba ou São Paulo. Esse é um ponto importante, pois contraria um dos principais princípios da agroecologia, a agricultura local e de base familiar. À medida que os alimentos vem de outros estados, adquiridos nas centrais de abastecimento, pode haver a certificação de orgânico, mas somente isso. Não há garantia que os demais processos seguem os princípios agroecológicos.

b) Expandir o mercado de alimentos agroecológicos para aumentar o acesso à população

A logística de aquisição da agricultura familiar é desconhecida ainda, demanda maior dedicação e investimento financeiro até ser implementada. É um processo diferente do mercado convencional, pois tem mais particularidades, como a perecibilidade, o não cruzamento com alimentos convencionais, a organização que possibilite a rastreabilidade por agricultor; fatores que demandam maior mão de obra e adequação do espaço físico.

c) Comercializar os alimentos oriundos da agricultura de transição

Tem muitos agricultores que estão em processo de transição, migrando da produção convencional para a produção orgânica e agroecológica, esse é um processo lento e leva em média dois a cinco anos. Seria importante estimular esses agricultores, porque ele também precisa comercializar o produto. O comerciante relata que se pensou em ter uma banca de alimentos “em transição”, sem aplicação de agrotóxico, mas sem certificação. A ideia é inspirada em países da Europa em que esse modelo de venda já existe. Mas a manipulação e o armazenamento exigiriam mais espaço físico e mão de obra, o que o torna inviável no momento.

d) Informar as pessoas sobre os benefícios dos alimentos agroecológicos

O mercado, além da venda, tem o objetivo de informar. Há uma biblioteca disponível no local, com materiais para leitura. O comerciante relata:

“Eu ouvi sobre orgânico em 2007-2008, isso eu tenho vergonha de dizer, quando fui entender o que era. Eu não tive acesso antes, nunca tinha ouvido falar. Assim a ideia do mercado é informar, eu gosto de sentar e conversar. Vai no “boca a boca”, contagiando. Não é convencer ninguém sobre nada. Se tocar ótimo, mas se não, em algum momento vai tocar.”

V) Desafios da Agroecologia para o Consumidor

a) Informar as pessoas sobre os benefícios orgânicos e *in natura*

O consumidor entrevistado relata:

“Foram desenvolvidos alimentos inócuos para os astronautas, por exemplo e isso passou a ser comum, mesmo a gente não precisando de alimentos estéreis. Assim, passou-se a ter medo de comer açúcar mascavo por exemplo, e todos se convenceram que era melhor o açúcar normal.”

A partir desta fala, entende-se que faltam informações às pessoas, que a mídia e a indústria têm convencido a população sobre as

vantagens dos alimentos industrializados, em relação à inocuidade deles, mesmo ela não sendo necessária a toda a população. Desta forma, muitos ainda teriam resistência aos alimentos oriundos das feiras, por avaliarem a sua estética e relacionarem com a higiene/assepsia, colocando-a em dúvida.

b) Expandir o mercado de alimentos agroecológicos e, aumentar da qualidade estética

De acordo com o relato do consumidor uma forma de aumentar o acesso e adesão do público ao consumo de alimentos agroecológicos, seria estruturar o comércio em lojas, e não apenas barracas, em praças, isso refletiria no aumento da qualidade do mercado.

“É importante expandir, mas não perder a qualidade, mas sim melhorar. A qualidade é não somente vender em barracas, algumas pessoas já transformam isso em lojas, vendendo não só produtos in natura, mas outros alimentos que façam bem, com base em estudos.”

Durante as entrevistas, os participantes foram convidados a falar sobre os desafios da agroecologia, no seu processo de consolidação e expansão. Abaixo segue um quadro com alguns termos que representam os desafios abordados na narrativa de cada ator.

Agrônomo	Visibilidade à agricultura urbana; modelo de sociedade atual
Nutricionista	Reconhecimento da agroecologia urbana e inserção nos mercados; confusão conceitual entre orgânico e agroecológico; acesso do produtor aos mercados; conscientização dos agricultores para a transição agroecológica
Produtor	Trabalho intenso e cansativo
Comerciante	Obter variedade a partir dos produtores locais; expansão de mercado; aumento do acesso da população; comercializar alimentos da transição agroecológica; informar o público sobre os benefícios de alimentos limpos
Consumidor	Informação sobre benefícios dos alimentos orgânicos e <i>in natura</i> ; expansão do mercado e aumento da

qualidade estética;

Quadro 1: Desafios da agroecologia segundo os atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

Entende-se que alguns trouxeram mais elementos que outros e que esse fato se refere às experiências pessoais e perspectivas de cada um. Também nota-se que os desafios versaram sobre as áreas de interesse de cada um e estavam relacionadas ao lugar de onde cada ator falava.

Um dos desafios, que foi citado apenas uma vez pelo nutricionista, que pode ser considerado o de maior relevância, é a confusão conceitual entre orgânicos e agroecológicos. Entretanto, esta indefinição teórica foi percebida também nas narrativas do comerciante e do consumidor. O comerciante, durante toda a conversa, ao ser indagado sobre os alimentos agroecológicos, respondeu sempre usando o termo “alimentos orgânicos”. O consumidor relatou que não sabia a diferença entre ambos, mas achava que era algum detalhe de ordem conceitual, não relevante na prática. O produtor relatou ter feito vários cursos sobre agroecologia, além de participar da Rede Ecovida, entretanto destacou durante sua narrativa a certificação orgânica entre os seus produtos. Assim, entendeu-se que ele tinha a compreensão sobre a diferença entre ambos, mas preferiu reforçar a semelhança, pelo reconhecimento do valor do selo de certificação do orgânico nos espaços de venda. Já o agrônomo, sempre que falou do agroecológico, trouxe uma definição ampliada, certamente pela sua formação e área de atuação profissional.

No contexto das redes de produção e consumo de alimentos agroecológicos, podemos reconhecer enquanto efeito da não distinção entre orgânico e agroecológico, a apropriação do agroecológico pelo mercado enquanto produto ao passo que seu processo, na qual está a ideologia do seu movimento de origem, passa a ser menos relevante.

Outras ações, algumas apresentadas como sentidos e outras como desafios, também impulsionam esse reducionismo da ideologia ao produto, tais como: a saúde, a sustentabilidade, a certificação, pois essas características são gatilhos fundamentais para o aumento do desejo de consumo e conseqüente expansão desse nicho de mercado. São atributos relacionados aos riscos, aqueles considerados de ordem planetária, transgeracional e insaciáveis por Beck (2010) que motivam novos mercados. Em acordo com este desafio, vem os relacionados ao mercado, que são os mais citados: inserção dos produtos provenientes da agroecologia urbana; aumento do acesso dos produtores; obter mais

variedade a partir dos produtores locais; expansão de mercado; aumento do acesso da população; comercializar alimentos da transição agroecológica.

A partir dessa relação de desafios, entende-se que uma provável expectativa dos atores entrevistados seja a convencionalização dos alimentos agroecológicos. Atualmente é consenso que eles ainda são a minoria entre os produtores, um nicho de mercado restrito entre comerciantes e consumidores e o discurso dissidente na academia, entre especialistas da área de ciências agrárias e da saúde. Entretanto, parece que para a sua expansão ou convencionalização, não bastaria o repasse de informação, a sensibilização e o acesso, que poderiam ser fomentados por iniciativas públicas. Se esse fosse o caminho percorrido, possivelmente avançaríamos na direção do caminho mais fácil, redutor do processo ao produto, da ideologia à mercadoria, e assim correríamos o risco de novamente atender aos domínios hegemônicos e deixar para trás os potenciais transformadores, idealizados no campo das origens da agroecologia. O qual não nos parece ser esse o objetivo dos atores envolvidos na produção, comercialização e consumo dos alimentos agroecológicos.

Desta forma, os desafios relativos à agricultura, como maior visibilidade, reconhecimento, conscientização dos agricultores para o processo de transição (do convencional para o agroecológico), parecem ser tímidos frente ao desafio ao qual a agroecologia se depara no modelo vigente de sociedade, no qual tudo é capitalizável, desde os produtos (alimentos), que deveriam ser patrimônio da humanidade, uma vez que já é instituído no Brasil o Direito Humano à Alimentação Adequada, enquanto direito de todos e dever do estado (BRASIL, 2010).

Outros desafios relativos ao atributo da saúde tal como informar a população sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, está mais relacionado ao potencial do agroecológico enquanto produto que como processo emancipatório do mercado fomentado pela agroecologia em suas raízes ideológicas. Enquanto efeitos do conceito de saúde relacionado a um estilo de vida individual, pelo qual se opta e é necessário estar consciente deste se tomar as escolhas adequadas. Essa percepção sobre saúde vem a desconsiderar todo o contexto social no qual estão inseridas as pessoas. Recai-se sobre o equívoco de incluir novamente aqueles já possuem acesso a informações e ofertas sobre cuidados com saúde e ambiente, por ocuparem uma posição econômica privilegiada e excluir novamente, no âmbito da saúde, aqueles que já são menos favorecidos.

Dentre todos os desafios expostos, no contexto econômico atual, o qual tem o potencial de produzir mais efeitos que fortaleçam a agroecologia é a necessidade de um outro modelo de sociedade. Dentre os discursos trazidos neste estudo, não nos parece possível alcançar plenamente os ideais da agroecologia num modelo de sociedade capitalista. Um efeito desta reflexão é que para a superação dos desafios apresentados, faz-se necessária de antemão, a militância por outros padrões de consumo, não centrados nos moldes dos países do norte, mas sim na potencial de soberania alimentar de cada local, com base na equidade.

10. SENTIDOS DA AGROECOLOGIA PARA OS ATORES SOCIAIS DA REDE DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DE AGROECOLOGIA

a) O agrônomo

Agroecologia: uma forma de produção alternativa; solo saudável com adubação orgânica; manifestação da agricultura campestre e das sementes tradicionais; modelo de sociedade transformador.

Descrição dos sentidos atribuídos pelo agrônomo

Uma forma de produção alternativa;

“Eu cursava Naturologia e em casa tinha horta, galinha. Conheci a permacultura e fui até a ONG. Quando cheguei lá, percebi: é isso que eu quero pra mim! (...) eu estava em busca de uma coisa mais alternativa, mas não sabia o que era, não sabia que era agroecologia. (Agrônomo)”

Solo saudável a partir da adubação orgânica;

“Na cidade a nossa vaca é o resíduo orgânico. A cidade tem uma responsabilidade de retornar a fertilidade ao rural. Hoje a cidade é um parasita, pois ela suga os recursos energéticos e transforma o excremento em problemas. A gestão de resíduos está sempre entre os três maiores custos públicos. (Agrônomo)”

Manifestação da agricultura campestre e valorização dos saberes e sementes tradicionais;

“A disponibilidade de adubo faz as pessoas plantarem. A motivação para plantar é muito forte em um aspecto: a questão da cultura do campesinato. A cultura agrícola está dentro de cada um, principalmente na periferia, aonde as pessoas vem do êxodo rural. (...) tomam a iniciativa de plantar, as pessoas que vem do meio

rural. São aquelas que mantêm sementes por vários anos, é uma relação além do que é bom pra comer ou plantar. O meio urbano é muito recente, 50 anos atrás tudo era rural. Então a geração atual tem raízes muito fortes no meio rural. (...) as afinidades dos moradores com a terra são: eu gosto de plantar, passa o tempo, tem o que comer. (Agrônomo)”

Modelo de sociedade transformador;

“Agroecologia é o modelo de sociedade que eu quero. Não quero vender veneno, abrir uma agropecuária, fazer licenciamento ambiental. A gente está aqui por um modelo de sociedade que a gente quer, que estamos construindo. É o agricultor que a gente acredita, que pode alimentar o mundo. Não com todos indo no supermercado e pegando o alimento na prateleira. Tem que rever o padrão de consumo. Na agroecologia não dá pra todo mundo comer Mc Donalds. Eu acredito nisso. E além da agroecologia, eu atuo na agricultura campesina. Isso tudo para sair das grandes corporações dos alimentos, são quatro empresas querendo dominar o alimento no mundo, isso pra mim é diabólico. (Agrônomo)”

b) O nutricionista

Agroecologia: uma estratégia de promoção da saúde; necessita de políticas públicas para ampliação de mercado;

Descrição dos sentidos atribuídos pelo nutricionista

Uma estratégia de promoção da saúde

“A gente vê as pessoas mais dispostas, felizes com os hábitos alimentares. Desenvolvíamos receitas de aproveitamento integral. Então as mulheres buscavam a banana lá da casa de outra pessoa, para não ter agrotóxico. (...) à medida que se trabalha a questão da saúde, da alimentação saudável, na perspectiva do consumo, podem-se

sensibilizar as pessoas e transformar a prática produtiva. Os agricultores consomem o alimento orgânico, mas vendem o convencional. (...) Tem um agricultor que teve doenças seríssimas pelo agrotóxico e ele foi para Garuva para plantar banana orgânica. (...) Não tem como trabalhar promoção da saúde a partir de alimentos convencionais, com tantos resíduos, como aponta o PARA (Programa de Análise de Resíduos), com insumos já banidos no Brasil ou mesmo clandestinos. (Nutricionista)”

Necessita de políticas públicas para ampliação de mercado

“Além das dificuldades climáticas, ele teve dificuldade em escoar a produção, pois fecharam o cerco, os mercados locais se fecham. Nesses casos o PAA é fundamental. (...) Lá tem a Associação Comercial e Industrial, tem uma pressão forte das verdureiras e mercados que fechavam a possibilidade de ter uma feira, por interesse econômico. (Nutricionista)”

c) O produtor

Agroecologia: uma forma de produção bonita, limpa e sustentável; fixa os agricultores no campo, inclusive os mais jovens; produz alimentos orgânicos certificados, por meio da certificação participativa.

Feira agroecológica: construção de relações não mercantis e de reciprocidade

Descrição dos sentidos atribuídos pelo produtor

Uma forma de produção bonita, limpa e sustentável

“Eu sempre tive vontade de transformar a propriedade numa coisa bonita, produtiva e sustentável, sabe? Trabalhar com convencional é uma coisa que eu não queria fazer, não acho legal, acho sujo. Não tem como produzir vida, causando morte, entende?! (Produtor)”

Alimentos orgânicos certificados, por meio da certificação participativa

“A gente tem a certificação participativa de todos os agricultores. A gente produz lá na minha propriedade e na dele. (Produtor)”

Feira agroecológica: construção de relações não mercantis e reciprocidade

“E tem que montar cedo, porque 6h da manhã já tem pessoas para comprar. Além do ponto e da circulação de pessoas, a questão da troca aqui que temos é importante. Isso para minha vida, assim, é a coisa mais importante. Claro que grana, dinheiro, sempre é importante, porque sem isso você não faz nada. Mas essa troca para mim é o mais importante. Esse crescimento intelectual, de enxergar as coisas de outras formas e fazer também as pessoas enxergarem as coisas de outras formas. Essa feira para mim é meu dia de descanso, é o dia legal, que eu faço o que eu gosto. Porque é muito mais prazeroso, sempre tem pessoas diferentes, de outros países. Tem pessoas que depois vão lá, passar um tempo no sítio. (...) a gente fez várias amizades aqui na feira, isso já vale a pena. Tem pessoas que compram aqui desde a primeira feira, que confiam nos produtos, que já foram visitar a gente. E outra, as pessoas que vão nos visitar, ficam no sítio, pegam na enxada, vão fazer um canteiro. (Produtor)”

d) O comerciante

Agroecologia: uma forma de comércio justo; de produzir alimentos saudáveis e aptos à certificação orgânica.

Descrição dos sentidos atribuídos para o comerciante

Comércio justo

“A filosofia do comércio justo é essa: você não explora quem está na terra. Estamos fazendo um esforço muito grande para quebrar isso. (...) a motivação para isso vem do fato de “ser humano”.

Pensar no lucro não como um fim, mas como um meio. Oxalá, que todas as empresas pensem desta forma! (...) é reduzir o número de atravessadores, buscando melhor preço, para aumentar o número de clientes. É a economia de escala também, vender bastante, ganhar pouquinho, assim a gente se segura. Hoje a gente está bancando para isso existir. Mas é assim, segurar, acreditar no sonho e aos poucos vai dando certo. (Comerciante)”

Alimento saudável

“A saúde é a principal característica. Por que você vai escolher comer veneno? A vantagem entre o orgânico e o convencional é a saúde. É um caminho sem volta, as pessoas estão se conscientizando e, os médicos também. A gente tem clientes em tratamento, inclusive de câncer, que vem aqui no mercado, tem bom resultado e agradece muitíssimo. E tem outro público que não quer ficar doente. Por que eu vou comer uma maçã com 40 aplicações de veneno? (Comerciante)”

“O câncer, antes se ouvia falar, hoje está na casa de quase todas as famílias. (...) entregamos alimentos diretamente no CEPON. Ainda não é 100%, mas eles já começaram. (...) pensando em grupo, tentamos ajudar as pessoas a ter acesso a alimentos que de fato vão ajudar na saúde, para que não precisem comprar remédio. É só olhar qual a situação de saúde: o número de intolerâncias, alergias, sem falar nas doenças mais graves. Quando eu me dei conta disso, comecei a fazer um trabalho.” (Comerciante)

Alimento com certificação orgânica

“Trabalha-se com 100% dos alimentos com certificação orgânica. Usa-se a rastreabilidade, o estoque é separado por lote e fornecedor. Isso exige uma operação e espaço físico adequado. (...) para os que plantam e não possuem certificação, não se realiza a compra. Não tem o selo, mas não

tem veneno, não se vende no mercado. Não é fácil a manipulação e armazenamento para evitar contaminação. Não quero correr nenhum risco em relação à lei.” (Comerciante)

e) O consumidor

Agroecologia: forma de produção de alimentos orgânicos e saudáveis; propicia maior contato do consumidor com o produtor; modo de produção sustentável; possibilita relações além das mercantis

Descrição dos sentidos atribuídos para o consumidor

Forma de produção de alimentos orgânicos e saudáveis

“Os alimentos da feira agroecológica tem a ver com essa nova filosofia, que é a questão dos orgânicos. A gente não costuma ver o selo de orgânico, mas no senso comum as pessoas acreditam que lá é tudo orgânico. (...) Tem um conjunto de informações que você processa no seu intelecto para saber: será que isso é bom para minha saúde ou será que não é? É aquele morango orgânico em frente ao morango com agrotóxico, qual que é o melhor? Cabe a você saber. Eu pessoalmente prefiro o orgânico.” (Consumidor)

“Orgânicos são novos critérios que o mercado lançou, é um mercado bem novo. Foi lançado nos últimos cinco anos. Quais são os novos critérios para estabelecer o que é agroecológico e orgânico eu já não sei.” (Consumidor)

Maior contato do produtor com o consumidor

“(...) o hábito de ir todas as semanas à feira agroecológica, saía de casa, caminhava no sol, conversava com o feirante. Eu podia conversar com eles, pesquisar quais produtos eram melhores pra mim. Eles gostam de compartilhar cultura, são muito atenciosos. Não é como no supermercado, que vai ter um atendente, e ele vai te dizer: tudo o que tem ali está escrito. Não é nem o supervisor,

nem o presidente da empresa que vai saber te responder. (...)tem também aquele Almoço Hare Krishna, que é maravilhoso, você vai lá e senta com eles, conforme a filosofia deles e compartilha. Tem coisa mais nutricional que isso?” (Consumidor)

Modo de produção sustentável

“Lá eles tem também um cuidado, um site, um instituto com uma filosofia e uma ideologia voltada ao desenvolvimento da agricultura familiar e sustentável. O sustentável é: ambientalmente, economicamente, socialmente.” (Consumidor)

Relações além das mercantis

“Mesmo não tendo um nutricionista para dosar a quantidade de carboidratos, proteínas, vitaminas e um médico para analisar se aquele produto tem propriedades medicinais para poder informar no rótulo, pela confiança posso consumir os alimentos e acreditar que eles me fazem bem.” (Consumidor)

“O que ajuda é que alguns sítios agroecológicos tem um site, você acessa da sua casa e vê da onde o alimento vem, vai ver as fotos se não puder ir até lá. Vai ver como é a terra, se há trabalho escravo ou não. (...) o feirante se preocupa não somente com a venda, mas também se aquilo vai ter fazer bem ou não.” (Consumidor)

10.1 Discursos teóricos e reflexões sobre os sentidos da agroecologia

Neste capítulo, apresentamos os sentidos produzidos sobre agroecologia, que se constituíram a partir da conversa entre a pesquisadora e cada um dos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

As entrevistas realizadas são entendidas como narrativas, que enfocam os significados que foram atribuídos a cada experiência, e estes, são negociados na conversa entre a pesquisadora e os entrevistados, definindo-se como histórias e relatos únicos (CORRADI-WEBSTER, 2009). De acordo com Spink (2004) a produção de sentidos é definida por quatro tempos – longo, vivido, curto e prospectivo. Compreendemos que o relato das entrevistas é uma construção em tempo curto, mas que trazem vozes do tempo vivido, que não são exclusivas do entrevistado, mas um entrelaçado de discursos que compõem sua percepção e experiência com a temática; do tempo logo, que são as vozes e significados estabelecidos socialmente, alguns consolidados em literatura ou normativas; e também são trazidas expectativas futuras, desejos e fé que se manifestam na vontade de continuar, constituindo o tempo prospectivo (SPINK, 2004).

Abaixo, foram esquematizados os sentidos e desafios derivados da conversa com cada ator social (Quadros 1 e 2). A divisão foi feita não no intuito de restringir as falas, mas sim de tornar mais didática e clara a apresentação destas e possibilitar reflexões a cerca de cada entrevista.

Agrônomo	Produção alternativa; solo saudável; cultura do campesinato; modelo de sociedade transformador
Nutricionista	Promoção de saúde; objeto para políticas públicas
Produtor	Produção bonita, limpa e sustentável; alimentos aptos à certificação participativa; promove relações de reciprocidade
Comerciante	Comércio justo; alimentos saudáveis e aptos à certificação orgânica
Consumidor	Alimentos orgânicos e saudáveis; produção sustentável; promove relações além das mercantis

Quadro 2: Sentidos sobre agroecologia para os atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

a) O agrônomo

A conversa do agrônomo difere-se das demais, ao passo que traz uma perspectiva ampliada sobre agroecologia, não apenas relacionada aos seus produtos, como bastante citados pelos demais atores, os alimentos agroecológicos. É facilmente compreensível esta habilidade do entrevistado em discorrer e considerar outras dimensões da agroecologia além do seu produto em si, devido ao lugar que este

ator ocupa. Ele é um engenheiro agrônomo, relata ter iniciado curso superior de naturologia, antes de cursar agronomia, pois tem afinidade com práticas alternativas. Vem de uma família de agricultores que passaram a morar no meio urbano, compondo o êxodo rural. Sua atuação profissional é junto de ONG de agroecologia, pude entender que a sua prática vai além da execução de técnica e beira à militância, embora isso não tenha sido verbalizado na conversa.

Neste cenário, o agrônomo traz a forma de produção alternativa e o solo saudável com adubação orgânica como elemento importante para significar a agroecologia. O movimento agroecológico, fortemente identificado pelas práticas camponesas, pode ser visto como uma resposta à entrada de orgânicos nos circuitos comerciais convencionais. O movimento orgânico surgiu na década de 70, como alternativo e composto por vários pequenos produtores. Ao ser institucionalizado, foi incorporado por atores dominantes com vistas à criação de um segmento de mercado. Assim constrói-se o desprendimento da produção orgânica dos seus critérios de origens e sua redução a critérios universalistas, como o não uso de insumos químicos (WILKINSON, 2008). A partir deste entendimento, o agrônomo é questionado sobre como ele percebe o processo de convencionalização da agroecologia, que hoje ainda é considerada uma prática alternativa ou exceção, restrita a espaços menores (inclusive por ele mesmo); e sua conseqüente expansão, sem que ocorresse o mesmo processo de apropriação deste movimento pelo mercado, como houve com os orgânicos, nas últimas décadas. O agrônomo deixa claro que é preciso manter o princípio do campesinato, outro sentido atribuído à agroecologia. De acordo com Wanderley (2004), as sociedades camponesas ou campesinas se caracterizam por grupos que tem a centralidade da unidade de produção para reprodução da família e não na comercialização. Essa categoria difere do agricultor familiar, que embora também busque a soberania alimentar no âmbito da sua família, está integrado a um mercado, respondendo às suas exigências.

“O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. (Wanderley, 2004. p.46)”

Entretanto, o agricultor familiar, devido à organização em torno da família, a qual define as estratégias de produção e decisão, mantém um camponês dentro de si. De acordo com Wanderley (1982, p.52):

“A terra trabalhada por uma família não é apenas um espaço técnico, é também o espaço de uma certa concepção da liberdade individual conquistada sobre a sociedade.”

Este discurso produz enquanto efeitos a compreensão de que na prática do campesinato, os trabalhadores da terra atuem na luta contrária às dominações políticas e econômicas.

Ao analisar a PNAPO, ela traz como diretriz a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção com vistas ao apoio de agricultores familiares, entretanto não faz menção em nenhuma das diretrizes às terminologias: camponês, campesino ou campesinato (BRASIL, 2010). Neste cenário, têm-se como efeitos da normatização pelo estado, a redução do caráter tradicional da agroecologia e o reforço da inserção de mercado e adequação ao sistema econômico presente.

Entretanto, a concepção do agrônomo sobre agroecologia enquanto uma manifestação de agricultura campesina, mesmo não sendo reforçada pelas políticas públicas, está de acordo com um outro sentido atribuído por ele: a transformação do modelo de sociedade. Durante a entrevista o agrônomo enfatizou que a agroecologia era o modelo de sociedade o qual ele buscava, a imagem-objetivo da prática era uma sociedade na qual os alimentos não fossem dominados por algumas poucas corporações multinacionais. De acordo com Almeida (2002), a luta agroecológica deveria transcender além das barreiras tecnológicas e metodológicas, e alcançar também o enquadramento às regras de mercado pela qual passa hoje. Deveria promover a autonomia política dos agricultores, libertando-os, sobretudo da dependência do estado e da “guetificação” sociocultural. Para se impor sócio e politicamente a agroecologia precisa ir além das tentativas de viabilização e inserção nos mercados, as quais têm sido fortemente destacadas pelas políticas públicas, que tem como ações prioritárias, a compra institucional de alimentos agroecológicos de pequenos produtores.

Ainda há um vácuo entre o discurso ideológico sobre agroecologia e a sua prática mediada pelo estado. Entretanto, a militância e as iniciativas transformadoras em micro espaços não se fazem menos importantes em função disso. A ideologia agroecológica não é suficiente para impactar em todo o sistema, mas é importante

ressaltar que ao se intervir em uma variável, tal como o sistema produtivo, intervém-se em um conjunto e essa já uma ação relevante a ser considerada (ALMEIDA, 2002). A partir da arquitetura teórica trazida e dos sentidos construídos pelo agrônomo na narrativa, constrói-se a ideia de que o movimento agroecológico, o qual se encontra numa posição de resistência, necessita ser fortalecido na sua rede, desde a produção até o consumo, reiterando-se os princípios norteadores, sem reduzi-lo à categoria de alimento sem agrotóxico.

b) O nutricionista

O profissional entrevistado atua junto ao serviço público, no planejamento e de ações voltadas para implementação e execução de políticas públicas de redução da fome, com vistas à segurança alimentar e nutricional.

A narrativa do nutricionista referente à agroecologia está bastante relacionada ao lugar do qual ele fala, a área da saúde. O principal sentido atribuído à temática durante a entrevista foi a promoção da saúde e junto a este, a necessidade de políticas públicas para a aumento da inserção dos alimentos agroecológicos no mercado.

Para justificar o primeiro sentido apresentado pelo nutricionista, são trazidos exemplos como a prevenção de câncer e de intoxicações agudas. Embora não se buscou analisar o conceito de saúde abordado na narrativa, é importante destacar que os exemplos são relacionados à prevenção de doenças e não à promoção de saúde. De acordo com a PNPS a saúde é um processo de determinação social, múltipla e complexa (BRASIL, 2006). Dentre os seus determinantes, podemos elencar condições socioeconômicas, culturais e ambientais, tais como: habitação, acesso a serviços sociais e de saúde, emprego, renda, saneamento, educação e produção agrícola e de alimentos (BUSS e PELEGRINI FILHO, 2007).

Ao refletir sobre o reducionismo envolto ao conceito de promoção de saúde é válido analisar sobre como são constituídos os conhecimentos das áreas especialistas no campo da saúde, as verdades a partir de comprovações científicas. Segundo Guivant (2002), os riscos alimentares são bons exemplos para demonstrar os limites dos métodos científicos tradicionais utilizados para construção do conhecimento. Estes são estabelecidos para fins tais como a garantia de segurança do uso (dos agrotóxicos, por exemplo), e podem ser questionados, pois: i) o seu alcance é limitado, não se pode avaliar todos os seus impactos com em todas as dimensões do seu potencial de risco, por exemplo: não há

como medir todas as interações com os corpos e meio ambiente, considerando-se que estes também não são únicos; ii) em geral desconsideram-se os efeitos cumulativos, de longo prazo; iii) são inferidos estudos em animais a seres humanos; e, iv) são negados outros aspectos além dos biológicos, que certamente podem interferir nas sensibilidades individuais.

A análise de riscos envolve três níveis, a avaliação, a administração e a comunicação. Todos eles são detidos pelos especialistas ou peritos, por meio da pesquisa, da gestão e da divulgação de informações. A crítica feita por Beck (2010) a esse modelo de análise é que são desconsideradas e/ou ocultadas as definições sociais, culturais e políticas, as quais envolvem interesses de empresas, grupos científicos e categorias profissionais. O desfecho é que os riscos são também oportunidades de mercado (GUIVANT, 2002). Assim, os riscos ambientais passam a ser centrais na caracterização da sociedade do risco, da alta modernidade.

O conceito de sociedade de risco foi trabalhado por Ulrich Beck e publicado em 1986, ele parte da ideia central que, na modernidade tardia, a produção de riqueza é dependente da produção sistemática de riscos. A modernidade tardia é caracterizada também como reflexiva. Na sociedade industrial, a transformação da natureza para a produção de bens se dava com a justificativa de libertar as pessoas de sujeições tradicionais, de operacionalizar e facilitar o cotidiano (BECK, 2010). Hoje, para além disso, a desenvolvimento técnico- econômico visa alcançar sobretudo os problemas e riscos gerados no seu processo, é a modernização reflexiva que torna-se a situação e o problema. Neste processo, os riscos deixam o lugar de “efeito colateral” e tornam-se centrais, ameaçando toda forma de vida no planeta. Não que os riscos sejam exclusivos da modernidade, mas eles ocupam um espaço diferenciado, muito mais abrangente e determinante (GUIVANT, 2002).

“É certo que os riscos não são uma invenção moderna. Quem – como Colombo – saiu em busca de novas terras e continentes por descobrir assumiu riscos. Estes eram, porém, riscos pessoais, e não situações de ameaça global, como as que surgem para toda a humanidade com a fissão nuclear ou com o acúmulo de lixo nuclear. A palavra “risco” tinha, naquela época, um tom de ousadia e aventura, e não da possível autodestruição da vida na Terra” (BECK, 2010. p.25)

Os riscos são imprevisíveis, incertos e com efeitos catastróficos globais, podendo ser invisíveis e irreversíveis, como no caso dos resíduos de agrotóxicos nos solos, água e alimentos. Na abordagem de sociedade de risco, proposta por Beck (2010), aponta-se que precisamos fazer escolhas diariamente em termos de riscos, é preciso medi-los e tomar a decisão correta. Essas escolhas são amparadas constantemente por conhecimentos leigos e peritos, num contexto em que a ciência é posta em cheque a todo o momento. A cada nova pesquisa, surge uma nova “verdade” para a quantidade máxima permitida de agrotóxico em determinada lavoura. Assim, as decisões cotidianas são cheias de incertezas e angústias para os leigos e fortemente influenciadas por pressões políticas e econômicas para os peritos (GUIVANT, 2002).

“São riscos da modernização. São um produto de série, do maquinário industrial do progresso, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior.” (BECK, 2010. p. 26)

Os riscos da modernidade reflexiva são o grande negócio que os publicitários e economistas sempre buscaram. As necessidades básicas, como alimentar-se, morar, vestir-se podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios hoje vivenciados são um “poço sem fundo” de necessidades. (BECK, 2010).

Os discursos referentes à teoria de risco, inaugurada por Beck (2010) e refletida nos estudos de Guivant (2002), nos proporcionam enquanto efeitos a relativização dos conhecimentos tidos como comprovações científicas que embasam os exemplos trazidos sobre a agroecologia como fundamental para a promoção da saúde. Ainda, como os discursos especializados se manifestam permeados pelos interesses capitalistas, logo as ações de promoção da saúde desencadeada pelas práticas agroecológicas são entendidas como serviços ou produtos com determinada utilidade, por exemplo: a produção de um alimento específico que irá prevenir determinada ação deletéria no organismo humano. Essa relação de causa e efeito é estabelecida pelo saber científico positivista, moderno e iluminista, no qual a ciência é capaz de desvendar o que é benéfico ou não para saúde, bem como quais seriam os níveis seguros de contaminantes químicos nos alimentos, por exemplo.

Para refletir sobre esse tipo de “verdade” é relevante a abordagem do conceito de “razão instrumental”, proposta por Horkheimer em 1955, na obra “O Eclipse da razão”. A razão instrumental é aquela que é neutra, está mais preocupada no como, do que com o porquê, e resume-se a um aparelho de registrar fatos. É aquela razão que se manifesta como um instrumento universal, que serve aos demais instrumentos da produção e do capital. A razão passa então a se assemelhar a uma manipulação calculada que exerce domínio sobre a razão emancipatória. Ela exalta a técnica, a máquina, o trabalho produtivo racionalizado, seguido do decrescimento de uma razão que valoriza os desejos de emancipação (HORKHEIMER, 1976)

“O que não se diz é que o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade própria da dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena. (ADORNO, 2002, p. 9)”

O discurso dos teóricos críticos Adorno e Horkheimer acerca da razão instrumental proporcionam enquanto efeitos a ideia de que as relações de dominação no contexto atual são legitimadas pela racionalidade técnica. Esse “esclarecimento” tem poder de dominação não somente sobre o corpo, nas suas manifestações de saúde e doença, mas também sobre os desejos e escolhas das pessoas.

Ao entrelaçar os discursos sobre a sociedade de risco e a razão instrumental, com o discurso da promoção da saúde, compreende-se que as estratégias de promoção de saúde, podem estar fundamentadas nos chamados riscos civilizatórios, que não são controláveis por um indivíduo e nem por grupos específicos, eles alcançam uma dimensão planetária. A insaciabilidade destes riscos, é que o move o sistema econômico vigente, criando novas mercadorias. Neste ponto, retomamos uma das problematizações iniciais referente à perspectiva de promoção da saúde por meio da agroecologia, que é: qual seria o setor mais beneficiado pelo aumento do consumo de alimentos agroecológicos, a saúde ou a economia? Seriam talvez discursos como o da promoção de saúde que impulsionam a absorção da ideologia agroecológica pelo mercado?

Retomando-se o segundo sentido para agroecologia atribuído pelo nutricionista, a necessidade da ampliação das políticas públicas de

agroecologia para maior inserção dos produtores nos mercados; produz enquanto efeito o entendimento de que a expansão da comercialização dos alimentos agroecológicos seria suficiente para que todos tivessem acesso a eles, desconsiderando-se o contexto econômico vigente. Ainda, segundo Adorno (2002), a produção em escala, com baixo custo, não apenas socializa e torna acessível, mas padroniza as formas de consciência e massifica a sociedade. Com esta contribuição teórica, constrói-se uma reflexão questionadora sobre as balizas das políticas públicas e da saúde coletiva, com destaque para a diretriz da igualdade. Segundo Cardoso e Elias (2005), ao analisarem o pensamento de Adorno, o princípio da igualdade faz-se necessário para o progresso, ele é seu impulsionador, pois é um poderoso agente contra as transformações sociais, o qual legitima a poder institucional e normativo. O caminho para uma sociedade emancipada talvez fosse rumo à reconciliação das diferenças ao invés da igualdade. Não parece existir nada mais discriminatório que tornar iguais aqueles que não são. E essas são as estratégias do mundo globalizado e atual.

Assim, o efeito produzido é que ao se institucionalizar a agroecologia sem rever as bases epistemológicas sobre a qual está sustentada, talvez incorrêssemos no equívoco de legitimar ao *status quo*, ao invés de dar voz aos discursos silenciados pelo modelo hegemônico de sociedade atual. Convencionalizar, ou tornar comum a todos, o acesso aos alimentos agroecológicos, mantendo-se a estrutura social e econômica atual, parece distanciar-se do potencial transformador da agroecologia enquanto movimento. Seria necessário que ela se adequasse aos padrões de consumo, mercado e sociais já existentes para que se torne convencional. Seria uma possibilidade para a reversão de valores e mais um ganho para o mercado, num processo que invisibilizaria várias outras questões estruturais, que são determinantes na definição do modo de produção de alimentos.

c) O produtor

O produtor não reside no município de Florianópolis, mas na região sul do estado de Santa Catarina, ele também é feirante, um dos principais da feira agroecológica da UFSC, a qual acontece no campus universitário todas as quartas-feiras. Ao descrever seu processo de trabalho, ele relatou que possui parceria com um empresário em Florianópolis, proprietário de dois restaurantes e um supermercado, para a qual escoar toda a sua produção e também adquire dela alguns produtos. A troca de mercadorias, que é baseado no valor monetário dos

produtos, acontece da seguinte forma: na sua propriedade e em mais uma vizinha, são produzidos folhosos verdes, esses são comercializados na feira agroecológica e vendidos ao supermercado e restaurantes. Já o empresário, tem uma rede de fornecedores, tanto em Santa Catarina como em outros estados. Então ele adquire as frutas, legumes e raízes com a rede e repassa ao produtor, para que ele possa comercializar na feira agroecológica. Ainda, na feira, há uma segunda banca de panificação, com produtos coloniais oriundos da agricultura familiar, também do sul do estado. Ao apresentar esta sistemática de aquisição e distribuição dos alimentos, juntamente com as suas duas bancas de produtos (uma de frutas, verduras e legumes e outra de panificação), o produtor apresentou também o selo de certificação orgânica participativa da rede Ecovida e reforçou que não adquiriria nada que não fosse certificado.

A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada em 1998, a fim de fortalecer o movimento agroecológico no Sul do Brasil. Ela é formada por pessoas e organizações que possuem como objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. É composta por agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem Núcleos Regionais. Logo após a criação da rede, foi criada a Associação Ecovida de Certificação Participativa, esta mais especificamente voltada para a certificação e disponibilização de selo de produto/r orgânico. A qual só começou a atuar em 2010, pois até esta data, havia um movimento de resistência dos agricultores para certificação, orientados sob uma perspectiva anticapitalista (ROVER, 2011). A certificação participativa constitui-se no processo de auditoria e certificação realizado pelos membros da rede Ecovida. Assim, além do caráter auditor, há a finalidade pedagógica, de troca de experiências, confiança e integração entre os agricultores (SANTOS, 2005). A certificação tornou-se necessária, por ser um processo que agrega um diferencial ao produto orgânico no seu processo de comercialização.

O discurso da necessidade de certificação dos alimentos agroecológicos, o qual passa a conter um selo da certificadora atestando a sua qualidade de orgânico, pode ser analisado a partir do conceito de Baudrillard (1970) referente aos tipos de valores dos objetos, que seriam regidos por lógicas distintas: o *valor de uso*, relativo à sua funcionalidade; o *valor de troca*, relativo ao equivalente monetário; o *valor simbólico*, baseado em representações interpessoais e culturais; e por último, o *valor signo*, característico das sociedades contemporâneas, relativo à marca, que tem seus valores ditados pela publicidade e mídia.

Refletindo-se sobre o selo de certificação, ele teria um efeito equivalente à marca, que não alteraria seu valor de uso, nem do valor simbólico, já que o selo transpõe a segurança da procedência, independente do local de aquisição pelo consumidor. O *valor de troca* passa a ser alterado, pois o selo é a comprovação de que o produto é livre de agrotóxicos e essa característica é suficiente para justificar preços mais elevados nos mercados atuais. A alteração do *valor de troca* é permitida pelo aumento do *valor signo*, é esse o qual agrega as certezas de segurança de consumo, da perspectiva de melhoria da saúde, da sensação de responsabilidade social e sustentabilidade, as quais propiciam atributos psicossociais como *status*, segurança, bem-estar (TELLES, COSTA, SEVERIANO, 2009).

O processo de produção de alimentos agroecológicos certificados, necessita da técnica, que na sociedade capitalista está atrelado à racionalidade instrumental. Tem-se um processo de homogeneização e massificação, característico da indústria cultural, este sacrifica o poder emancipatório, pois produz bens culturais em forma de mercadoria. A padronização e a técnica se sobrepõem e anulam a originalidade do produto (CROCCO, 2009).

A relação estabelecida entre os discursos de certificação e dos tipos de valores de Baudrillard (1970) nos convidam a pensar no selo de certificação como uma representação de marca, a qual de maneira fetichizada empresta personalidade ao objeto, além de agregar a ele valores subjetivos. É neste ponto que Baudrillard transcende a lógica da mercadoria de Marx. Enquanto este último considera a relevância que o valor de troca assume sobre o valor de uso no capitalismo, o primeiro autor indica uma abstração maior, na qual o *valor signo* é predominante no capitalismo tardio (SANTOS, 2011).

De acordo com Portillo e Casteñeda (2008), os sistemas de certificação no Brasil vêm passando por uma transição, passando das convenções sociais e confiança pessoal para processos ligados à lógica industrial, com objetivo de padronização para a formação de *commodities*, tal como as certificações. A institucionalização da agricultura orgânica e agroecológica, valorizou critérios que validam a qualidade do produto final e não o processo em si, o qual é bem mais amplo e relevante para o movimento agroecológico.

A sustentabilidade ambiental, que foi um outro sentido atribuído à agroecologia pelo produtor, pode ser um exemplo dos valores subjetivos atribuídos. Não seria mais necessário conhecer o produtor, a propriedade produtiva, quem são os trabalhadores que o produzem e sob quais condições de vida, qual é o caminho que este percorre do local de

produção e até o consumo, quais são os possíveis impactos ambientais gerados neste processo; esses fatores são silenciados perante o atestado de orgânico, que seria sustentável por não agredir o meio ambiente na sua produção. De acordo com Pollan (2006), os alimentos orgânicos passam por um processo de conformação aos mercados, à medida que o seu crescimento exige os processos de padronização e industrialização. Dos três pilares iniciais do movimento da agricultura orgânica – a contra-culinária, as formas alternativas de distribuição e isenção de agrotóxicos – restou-se apenas a última, as outras duas foram suprimidas em detrimento das necessidades de mercado. Ao discorrer sobre a trajetória dos alimentos orgânicos, da produção ao consumo, o autor traz a seguinte problematização: *“Qual sentido de considerar sustentável uma alface produzida a 5.000 km e cinco dias de distância, a qual consome 57 calorias de combustíveis fósseis para cada caloria do alimento, sendo apenas 4% a menos que o produto convencional?”*

Considerando-se os discursos teóricos acerca dos sentidos trazidos pelo produtor, enquanto efeito destes percebe-se o distanciamento dos princípios da agricultura agroecológica, tais como: a satisfação das necessidades humanas, dos sistemas tradicionais, da libertação do agricultor da indústria e da soberania alimentar; em função da necessidade de adequação a regras de mercado. A lógica da natureza e da emancipação humana parecem ser equivalentes a lógica do capitalismo, havendo o silenciamento das primeiras em detrimento da última.

Já a feira agroecológica é significada pelo produtor como um espaço de construção de relações não apenas mercantis, mas também de reciprocidade. A reciprocidade pode ser entendida como sinônimo de solidariedade. Na perspectiva antropológica, a reciprocidade corresponde a uma relação intersubjetiva e não apenas a uma simples troca de bens ou de objetos (SABOURIN, 2010).

De acordo com Sabourin (2009) a venda direta favorece o encontro entre produtor e consumidor e além do valor de troca, existe o contato direto que favorece uma relação de reciprocidade, que propicia sentimentos como amizade, valorização e reconhecimento mútuo, fidelidade e confiança. Essas situações dão lugar as relações humanas, a conversa sobre o produto, o trabalho, a troca de experiências de vida.

Segundo Lampa e Rover (2013), como em todo processo histórico, as relações a serem estabelecidas nos mercados de produtos agroecológicos, sejam feiras ou mercados convencionais, dependem das escolhas feitas pelos atores envolvidos. Elas podem tender aos domínios de mercados ou para a ampliação da reciprocidade. Entretanto, as

políticas públicas já estabelecidas, estão mais voltadas para as práticas de mercado, desenhando-se a necessidade de que elas se voltem também para as práticas de reciprocidade (SABOURIN, 2009; LAMPA e ROVER, 2013).

“Uma das dificuldades das políticas de economia solidária, ligada a suas bases teóricas, é precisamente a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade, e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada).” (SABOURIN, 2010, p.6)

Ainda, Sabourin (2010) apresenta enquanto desafio da institucionalização das práticas de reciprocidade, a cultura paternalista e clientelista de países latino-americanos como o Brasil. Embora a crítica à alienação que pode ser promovida pela normatização da reciprocidade, não é muito explorada na literatura específica, a sinalização desta nos convida a refletir sobre aquilo que inicialmente nos parece óbvio, como os benefícios de políticas públicas de proteção à reciprocidade. Vale nos questionar o quanto seria preservada (ou não) a autonomia dos sujeitos envolvidos nas relações de reciprocidade, ou o quanto isso potencializaria o distanciamento dos ideais agroecológicos.

d) O comerciante

A narrativa do comerciante traz como sentidos para agroecologia o comércio justo, a alimentação saudável e a certificação orgânica. O local de venda a qual se refere à narrativa é um mercado de médio porte, localizado na região central de Florianópolis, com uma única sede, não compondo nenhuma rede. Para refletirmos sobre a narrativa do comerciante de alimentos agroecológicos, é importante compreender qual o contexto sócio-econômico nacional que este tipo de comércio ocupa atualmente.

No Brasil, o mercado de alimentos orgânicos movimentava em torno de R\$ 300 milhões, com crescimento médio de 30% ao ano. Com este potencial econômico, os orgânicos são apresentados pelos mercados com significativos esforços para aumentar as vendas (MORO, 2008). Segundo Guivant (2003), os supermercados tem se mostrado como o principal canal de distribuição dos orgânicos, ultrapassando as feiras e entregas em domicílio. Em Florianópolis, os alimentos orgânicos podem

ser encontrados com facilidade nas principais redes de supermercados e, também em mercados de menor porte, como é o caso do local referido na entrevista (MORO, 2008).

A narrativa do comerciante destaca como principal sentido da agroecologia, a saúde como fim. Este é corroborado por outros estudos com consumidores de alimentos livres de agrotóxicos, onde as principais razões de consumo apresentadas foram: a saúde, o saudável, a vida saudável e a qualidade de vida (GUIVANT, 2009; TOMIELLO; KRISCHKE, 2009). No trabalho de Guivant (2009), ela denomina essa procura pelos alimentos orgânicos, por motivos como estilo de vida mais saudável, procurando atender uma demanda de prevenção de doenças ou, melhor desempenho sexual, esportivo ou intelectual de *ego-trip*. Este estilo está relacionado à sociedade mais individualista, onde a experiência de riscos ambientais tem menos relação com a questão holística ambiental e mais com assuntos da vida cotidiana individual, momentânea. Já a postura de se alimentar enquanto um ato político, com vistas à dimensão ambiental e social definiria o estilo *ecológico-trip*.

Segundo Guivant (2009), os supermercados desempenham um papel em relação a adoção do hábito de comprar alimentos ecológicos nos consumidores. A rede supermercadista também possui papel estratégico na construção da sustentabilidade junto aos consumidores. Essas ações relacionam-se e são possibilitadas, devido ao local que ocupam os supermercados nas redes agroalimentares. A partir da década de 90, as redes supermercadistas passaram a constituir o eixo central da condução e da tomada de decisão, nos sistemas alimentares. O setor varejista é o que está mais próximo ao consumidor, ao passo que ele afirma conhecer melhor as necessidades dos consumidores, também está mais próximo para levar à informação sobre os produtos e criar as demandas que lhe forem interessantes. O supermercado é central na construção da qualidade de vida, da saúde e da sustentabilidade ambiental, é uma autoridade no quesito alimentos, o qual pode regular a aceitação dos consumidores sobre os novos produtos.

A organização da produção e do consumo alimentar tem características globais, relacionadas ao padrão de consumo do sistema vigente. Para o público com boas condições econômicas, há disponibilidade constante dos mais distintos alimentos, *in natura* ou industrializados, de diferentes partes do mundo. O comércio dispõe de diversas estratégias para o estímulo à comercialização dos produtos ecológicos, tais como: quantidade e qualidade de alimentos expostos, motivação e treinamento dos funcionários do local e a exposição da ideologia da loja. Logo, as pequenas feiras e mercados alternativos de

alimentos ecológicos, estão longe de ocuparem locais centrais na comercialização mundial de alimentos e serem suficientes. Não pela capacidade produtiva em si, mas pelas dinâmicas de mercado consolidadas na economia global (GUIVANT, 2009).

No Brasil, a busca por alimentos saudáveis tem aumentado a produção de alimentos ecológicos. Entretanto, faz-se necessário atentar-se para sobre quais preceitos está se expandindo a comercialização, onde se destaca o consumidor verde estimulada pelo setor varejista (GUIVANT, 2009). Os mercados convencionais são uma tendência internacional como canal dominante na expansão do consumo de alimentos orgânicos. Este setor alimentar tem como fundamento a estratégia de apelo aos consumidores por uma alimentação mais saudável. O setor de marketing aponta um grande potencial neste nicho, que não é composta somente por orgânicos, mas também por *diet/light*, num conjunto de ofertas associadas ao bem-estar, saúde e qualidade de vida que atua na numa via de mão dupla, tanto na construção como no atendimento das necessidades dos consumidores.

Nesse contexto, quais são os tipos de consumidores que os mercados formam? Qual a coerência com os princípios da agroecologia em se ampliar o mercado consumidor, no estilo *ego-trip*, sendo que estes têm seus ideais fundamentados em perspectivas individuais. Possivelmente se recairia sobre o reforço do discurso dominante, de mais saúde para quem tem mais acesso, tanto à informação quanto aos mercados. O fato de ampliar o mercado de alimentos agroecológicos para um público, desinteressado ou desinformado sobre o contexto político e social do movimento agroecológico, possivelmente seria mais uma forma de aliená-lo às regras de mercado.

Um outro sentido atribuído à agroecologia pelo comerciante foi o comércio justo, que ele define como “*reduzir o número de atravessadores, buscando melhor preço, para aumentar o número de clientes*”. Na literatura o comércio justo vem sendo definido como práticas socioeconômicas alternativas aos comércios convencionais, regidos por regras globais e injustas, em especial para os agricultores familiares. As práticas de comércio justo e solidário devem estabelecer relações de equidade, confiança e interesses compartilhados entre produtores e consumidores (TIBÚRCIO; VALENTE, 2007).

O comércio justo também foi definido internacionalmente pela Oficina de Comércio Justo e Solidário e publicado na Resolução do Parlamento Europeu de 2 de julho de 1998, a qual apresenta as práticas a serem seguidas nesta modalidade de comércio (JOHNSON, 2004).

I. As compras devem ser diretas, sem intermediários;

- II. O preço final para o consumidor compõe o preço do mercado de origem do produto, mais um prêmio pelo comércio justo;
- III. O pagamento deve ser parcialmente antecipado, se solicitado pelo agricultor;
- IV. Não devem existir monopólios de importação ou de venda, a fim de garantir livre acesso dos produtos;
- V. A transparência dos preços é essencial;
- VI. As relações com os produtores devem ser estáveis e de longa duração;
- VII. As condições de emprego dos assalariados na produção devem respeitar as normas da organização internacional do trabalho;
- VIII. Não deve haver nenhuma discriminação entre homens e mulheres, nem trabalho infantil;
- IX. O respeito ao meio ambiente, a proteção dos direitos do homem, dos direitos das mulheres e das crianças, bem como o respeito aos métodos de produção tradicionais, são valores essenciais;
- X. As relações comerciais devem respeitar a autonomia das populações locais.

Durante a conversa com o comerciante, não foi o objetivo compreender se o comércio justo se consolidava nas relações estabelecidas no local, entre produtores, comerciantes e consumidores. Mas ao se retomar os princípios da agroecologia, como a valorização da agricultura local e a autonomia do produtor, é relevante refletirmos sobre os discursos do comerciante e do comércio justo. O mercado sobre o qual fala o comerciante na sua narrativa é uma empresa privada, em que numa ponta estão os proprietários, que detêm o capital e na outra, os agricultores fornecedores, que detêm a sua força de trabalho. Apesar do escoamento da produção no mercado ser uma forma de inserção econômica para os produtores, não podemos defini-la nos moldes do comércio justo. As despesas e receitas da comercialização dos alimentos não são distribuídas equitativamente entre os envolvidos no processo de produção e venda, assim não se pode assegurar uma relação de equidade, como prevista no comércio justo.

Foi relatada pelo comerciante uma relação de confiança na compra dos agricultores locais, na qual eles teriam liberdade para escoar toda a sua produção no mercado, com a garantia de compra da sua colheita, mesmo sem um contrato formal estabelecido. Ao se considerar as diferenças entre comerciante/empresário, com formação superior e um espaço consolidado no mercado e agricultores locais, do interior do

estado, com menor escolaridade; a confiança estabelecida não parece ser uma relação de respeito mútuo, mas sim do agricultor que confia no comerciante como opção para aumentar a sua renda e, que possivelmente não haja outra forma mais favorável.

Ainda na prática do comércio justo, é habitual o acréscimo de um valor monetário adicional sobre o produto, que é repassado integralmente aos produtores, para o seu fortalecimento. Embora não tenha se falado sobre essa prática durante a entrevista, a partir necessidade de preços inferiores deste mercado em relação às grandes redes de supermercados, para a sua manutenção no setor, supõe-se que a aplicação desse incremento no preço não seja possível no local.

Nos hortifrutis comercializados constam apenas a informação do município e estado de procedência junto ao preço. Não são apresentados outros elementos que dêem visibilidade à origem e aos valores culturais e históricos dos alimentos ofertados.

Ao olhar para o discurso do comerciante a partir do discurso teórico sobre o comércio justo, entende-se que o mercado ocupa o lugar de “intermediário solidário”, e que inicialmente constrói enquanto efeitos a sensibilidade à marginalização dos agricultores familiares em detrimento da hegemonia do agronegócio, e que a oferta de um espaço de inserção da produção no mercado convencional é um caminho seguro para a justiça social. Mas com todas as problematizações teóricas já apresentadas a cerca do comércio justo, o mercado em questão, se aproxima mais de um empreendimento econômico, que precisa atender uma economia de mercado, engessado, sem mobilidade para alcançar outros horizontes mais justos.

e) O consumidor

O consumidor de alimentos agroecológicos entrevistado costuma frequentar a feira de alimentos agroecológicos da UFSC, que ocorre semanalmente, às quartas-feiras. Quando questionado sobre o motivo pelo qual procura consumir os produtos agroecológicos, ele afirmou que não frequentava somente a feira agroecológica, mas também outros locais que oferecessem alimentos que fossem capazes de fazerem bem a sua saúde. Para definir o que fazia bem ou não, ele considerava tanto o aspecto estético dos alimentos, como os riscos relacionados às contaminações químicas e biológicas. Os sentidos apresentados nesta narrativa vão ao encontro do estudo de Tibúrcio e Valente (2007), que apresentou os hábitos alimentares, de manipulação de alimentos e higiene, como critérios relevantes para prevenção de doenças. Destaca-

se que eles vêm acompanhados de um discurso sobre quais alimentos fazem mal, por suas, quantidades de açúcares e gorduras e quais seriam benéficos pela sua composição nutricional. O estudo reforçou que este discurso está mais presente nas classes média e alta da população. Embora não tenham sido levantadas informações sócio-demográficas dos entrevistados, foi observado que o consumidor era de classe média/alta e possuía alta escolaridade, com formação superior e parte da formação realizada no exterior.

Este enfoque das escolhas alimentares centrado na autoprevenção e autopromoção, por meio da segurança e da qualidade dos alimentos, com vistas à saúde, beleza e boa forma, aproxima-se do estilo de vida *ego-trip* (GUIVANT, 2009). Esta procura por alimentos centrada em um estilo de vida mais saudável, não necessariamente implica práticas sociais relativas ao meio ambiente coerentes pelos consumidores. Sendo que buscar saúde, nesse caso, não representa compartilhar de pontos de vista filosóficos de movimentos sociais, estes são, na maioria das vezes, os consumidores reflexivos, que ao absorverem informações transmitidas pela mídia e por especialistas da área da saúde. A alimentação seria então apenas uma, entre outras práticas, consideradas promotoras da sua saúde. No estudo europeu de Antoine (1998) sobre o perfil dos consumidores de alimentos orgânicos, 76% deles considerava a alimentação a melhor forma de medicina, mas sem especificar alimentos determinados entre o conjunto de benéficos para a saúde, independente do seu modo de produção. Essa tendência se distancia do estilo de vida que valoriza o contato simbólico entre consumidor e o seu ambiente.

O entrevistado apresentou também como sentido da agroecologia, a sustentabilidade, ele remeteu-se a um site de um feirante que fornece informações sobre agricultura familiar e sustentabilidade, nas dimensões econômica, sociais e ambientais. Entretanto, nos demais momentos quando se referiu à ausência de agrotóxicos nos alimentos, enfatizou sempre o benefício para a saúde e não para o ambiente. É relevante abordar que o conceito hegemônico de sustentabilidade, deriva de acordos internacionais, tais como o Relatório de Brundtland (1987), os quais constroem uma ideia a partir de uma visão de mundo eurocêntrica, onde o padrão de desenvolvimento a ser alcançado é a generalização do padrão de consumo dos países ricos.

O conceito de sustentabilidade é pouco explorado na narrativa, sendo rapidamente definido enquanto: economicamente, socialmente e ambiente correto. A partir da análise crítica de Boff (2012) esses três pilares são contraditórios e equivocados. Eles assumem termos da

ecologia (sustentabilidade) direcionando-os para os ideais econômicos, de crescimento e desenvolvimento, disfarçando a própria pobreza produzida pela economia. O equívoco se dá ao passo que se alegam como causas, aquilo que é efeito, tal como responsabilizar o subdesenvolvimento pela crise ambiental e, desconsiderar a desigualdade produzida pela economia capitalista, a qual assegura o desenvolvimento. E é contraditório pois, o desenvolvimento, que se origina do campo da economia industrialista/capitalista, e a sustentabilidade, do campo da ecologia, obedecem lógicas diferentes e opostas. Uma privilegia o indivíduo e a competição, enquanto outra prioriza o coletivo e a cooperação.

O discurso teórico de sustentabilidade acionado a partir da narrativa do consumidor, nos convida a revisitar o conceito de sustentabilidade e orientá-lo também para as necessidades sociais e ambientais e, não prioritariamente para as econômicas. Para se impulsionar a agroecologia em sua complexidade, um outro conceito de sustentabilidade, inclusive inserido nas políticas públicas parece ser necessário.

Embora o consumidor se aproxime mais do estilo de vida *ego-trip*, (GUIVANT, 2009) ele traz alguns sentidos que transcendem a relação com a saúde, como o contato pessoal com o produtor e o estabelecimento de outras relações sociais e culturais no espaço da feira agroecológica, além das relações de compra e venda. A ida do consumidor às feiras, também pode ir além da confiança e da racionalidade e alcançar questões afetivas, nas quais se constrói um espaço de sociabilidade no qual há convivência, interação, socialização, pertencimento, compartilhamento de visões de mundo, estilos de vida, sonhos e utopias (PORTILHO & CASTEÑEDA, 2008).

O estabelecimento destas outras relações, também permite a construção de outras formas de certificação sobre a segurança/qualidade dos alimentos. Na narrativa do consumidor ele destaca que “*não é comum ver o selo de orgânico na feira, mas há confiança*”. Seguindo o conceito de Giddens (1991), os sistemas de confiança são compostos pelas relações sociais que incorporam e manifestam a confiança. Essas interações podem ser presenciais, face a face, ou à distância. Na primeira, estabelece-se a confiança entre indivíduos que se conhecem e se encontram, tal como relatado na narrativa do consumidor. Na segunda, a confiança é assegurada por meio de símbolos, estabelecida por sistemas peritos e não necessita de encontro presencial entre peritos e consumidores, como os selos de certificação relatados nas narrativas do produtor e comerciante. Neste caso, há um deslocamento das

relações sociais, dos contextos locais de interações, para extensões distanciadas.

Nos discursos anteriores, do produtor e do comerciante, foi exposta a necessidade de certificação dos produtos para a garantia da sua qualidade e ausência de agrotóxico. Entretanto, o consumidor traz um discurso com outra possibilidade de certificação, por meio dos sistemas de confiança. De acordo com Truninger (2013), a certificação por confiança ocorre a partir da experiência pessoal dos consumidores com os produtos, a honestidade e credibilidade oferecida pelo produtor, além das redes sociais estabelecidas nos locais de venda, acompanhadas de um sentimento de pertença a um grupo, com valores e percepções de mundo em comum.

Essa possibilidade traz o efeito do questionamento sobre o quanto a demanda de certificação dos produtos vem dos consumidores e o quanto ela é criada pela indústria e posteriormente, informada aos seus clientes, na perspectiva da criação de um mercado a partir de um risco. Retomando o conceito central da “sociedade de risco” (BECK, 2010), vivemos num contexto em que leigos e peritos precisam fazer escolhas diariamente, devido à presença de riscos, que em sua maioria, são inestimáveis. Como o conhecimento científico é questionado e alterado a cada momento, os atores sociais dispõem de outros mecanismos para se adaptarem e protegerem das incertezas e ansiedades provocadas pela instabilidade e imprecisão da ciência (GUIVANT, 2002).

Na narrativa do consumidor sobre agroecologia, os sentidos relativos ao bem-estar e saúde reforçam um discurso de caráter individual, estrito aos benefícios do produto para o consumidor. Entretanto, num próximo sentido, das relações não mercantis e da confiança estabelecidas na feira, retomam-se outros valores ligados às relações humanas que compõem o processo em detrimento do produto. Entende-se que há um reducionismo da perspectiva agroecológica em alguns sentidos atribuídos, mas a permanência do seu contexto ampliado em outros. A partir desta narrativa, constrói-se a ideia de que os meios de comercialização (alternativos ou convencionais), bem como as relações entre produtor e consumidor podem ser meios importantes de informar os consumidores sobre a perspectiva ampliada da agroecologia, além da característica de produto orgânico, e se consolidar enquanto um espaço de fortalecimento e resistência do movimento agroecológico.

11. UMA OUTRA NARRATIVA, DE UM OUTRO ATOR SOCIAL: A PESQUISADORA.

Ao lançar-me ao desafio de investigar, descrever e buscar compreender processos sociais de construção da realidade, não houve a intenção de valorizar determinada narrativa sobre outra. Ao oposto disso, o objetivo deste estudo foi compreender os sentidos e descrever os efeitos produzidos sobre agroecologia, a partir das narrativas estabelecidas, a fim de ampliar o debate e relativizar todo aquele conhecimento que é tomado como verdadeiro e óbvio sobre a temática. No intuito de problematizar discursos hegemônicos e possibilitar outras formas de olhar, que possam contribuir para a construção teórica da agroecologia.

O mais interessante da experiência de realizar uma pesquisa, assumindo que não se acessaria uma verdade do final dela, é o desafio de articular discursos que são concorrentes, sem negar aquele que me parece menos adequado. Foi a experiência do rompimento com o padrão binomial (certo ou errado; válido ou não válido) de conclusões de pesquisa que me trouxe até a escrita desta narrativa.

Ao longo da realização das entrevistas, pude construir e desconstruir sentidos por diversas vezes. A cada narrativa construída durante cada entrevista, eram-me feitos outros convites a refletir sobre outros temas, alguns não se quer imaginados no início do percurso. Durante a escrita e as leituras das referências, outras possibilidades surgiam. Ao término da escrita da análise da pesquisa, permaneci com a inquietação de que alguns sentidos e discursos talvez ainda não estivessem presentes no texto. Ao reler o material e buscar os supostos espaços em aberto, para inserção daquilo que faltava, eu não os encontrei. Foi após algumas releituras do material redigido e algumas tentativas sem sucesso de adição e encaixe de textos nos subtítulos relativos aos registros da pesquisa, que percebi que eles justamente não se encaixavam, pois não pertenciam aos entrevistados, mas sim a mim. Compreendi que a realização da pesquisa produziu efeitos em mim que me proporcionaram a construção de sentidos sobre a temática. Não quero dizer que eles não existiam inicialmente, mas certamente, ao término desta, se manifestam de forma diferente.

Desta forma, agora, ao refletir sobre a agroecologia e buscar descrever os seus sentidos, percebo duas linhas principais: i) sentidos relativos, de forma direta e indireta, à inserção de agroecologia nos mercados e; ii) sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Na primeira

linha, divido-os em relativos à inserção nos mercados, de forma direta e indireta. Na forma direta, refiro-me às propostas de aumento da produção e escoamento para mercados, de aumentos dos pontos de venda e, de fomentos estatais por meio de políticas públicas. Já na forma indireta, refiro-me aos sentidos de estilos de vida saudáveis, sustentabilidade, certificação de orgânico; pois considero que esses atributos são construídos a partir de riscos com a finalidade de se criar novos produtos. O saudável, o sustentável e o selo de certificação, são formas de agregar valor, além do valor de uso e de troca do produto. São adicionados ao produto também ideias, ligadas a valores subjetivos, que são oferecidos ao consumidor, tais como cuidado com a saúde, meio ambiente e segurança.

A partir disso, entendo que se constroem produtos fetichizados, nos quais as relações entre homem e ambiente relativas a todo o processo de produção, distribuição e aquisição, passam a estar contidas no selo de orgânico, ou na informação científica comunicada por algum especialista da área sobre os benefícios relativos à saúde e/ou ambiente. A fetichização se dá pelo processo de agregar as relações humanas ao produto e se esvaziar os sentidos e atenção ao processo e aos envolvidos (SELL, 2009). Esses sentidos, ligados à inserção da agroecologia no mercado, foram os mais frequentes nas narrativas acima descritas.

Já a segunda linha: sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade, foram trazidos apenas pelo agrônomo de forma mais enfática. E pelo consumidor, de forma bem mais tímida e ainda junto com outros sentidos relativos à adequação da agroecologia ao sistema econômico vigente. Para mim, esse é um ponto muito relevante no debate sobre a agroecologia, e que merece ser mais discutido.

Pode haver duas formas da construção na agroecologia: uma com vistas à sua expansão, adequando-se ao modelo econômico e as regras já estabelecidas e outra, de resistência ao que está imposto, de valorização das minorias e das culturas tradicionais, de militância, contra hegemônica. Nos sentidos presentes nas narrativas, posso considerá-los dessa segunda forma: a cultura do campesinato, o modelo de sociedade transformador, a reciprocidade e as relações além das mercantis. Na minha percepção, são duas formas concorrentes e ambas não cresceriam juntas. Inclusive, a adaptação ao mercado, carrega consigo o reducionismo da temática ao produto, o que parece bastante problemático, considerando-se a sua complexidade.

Nas conversas que tive ao longo da construção do trabalho, com os seus colaboradores, percebi que a ideologia da agroecologia é mais

forte nos atores que se aproximam do espaço da academia, como com o agrônomo, ambos com formação superior e pós-graduação e com formação complementar sobre a temática. Quando se operacionaliza a proposta, o mercado passa a ser central e os demais valores, relativos às questões humanas, passam a ser componentes do produto que lhe agregam valor, enquanto deveriam ser principais.

No âmbito da comercialização, de acordo com Comunello (2012) há uma separação entre as organizações: os circuitos agroecológicos (ONGs, movimentos sociais, agricultores familiares e feirantes) e os circuitos orgânicos (supermercados e agricultores empresários), no primeiro, os interesses são centrados em valores mais equitativos e solidários, já no segundo buscam propriamente o lucro. Ao perceber que a distinção entre orgânicos e agroecológicos não é feita em várias das narrativas, entendo que a linha de separação entre os dois circuitos, orgânicos e agroecológicos seja ainda muito tênue.

Com o entendimento de que há duas formas de expansão da agroecologia, uma incorporando-se ao sistema e outra de resistência a ele, buscando-se outro modelo de sociedade, talvez seja mais possível separar os dois circuitos. A aproximação entre eles é mais forte na narrativa dos atores envolvidos diretamente com o mercado, o comerciante e consumidor. No caso do feirante, ele traz outros sentidos ligados à solidariedade e reciprocidade, entretanto, no espaço da feira, na qual a finalidade é a venda, ele incorpora e destaca os atributos do orgânico: saudável e certificado.

Assim, para mim, o desafio da agroecologia é justamente a diferenciação desta e do orgânico, não no âmbito da literatura, a qual já é bem definida. Mas no campo das práticas, pelos atores envolvidos cotidianamente, em especial nos processos efetivos de troca, os circuitos comerciais. A aproximação entre os dois conceitos se apresenta como potencializadora da inserção de agroecologia no mercado, que por consequência, tende a restringi-la ao produto orgânico. Assim, a construção de um outro modelo de sociedade, para a consolidação da agroecologia, livre das normas de mercado se torna necessária.

Entretanto, é importante retomar da perspectiva construcionista, que o fato de assumir um discurso, enquanto pesquisadora, não invalida os outros. O enfoque deste trabalho foi a descrição de diversos sentidos produzidos sobre agroecologia e a compreensão dos seus efeitos, em alguns atores envolvidos nas relações de produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos.

Inicialmente, para a compreensão da diversidade de discursos que a temática engloba, foram levantados cinco principais discursos sobre

agroecologia: o movimento agroecológico, a sustentabilidade, a emancipação do agricultor, a promoção de saúde, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Na análise das entrevistas, foram registrados sentidos referentes à narrativa de cada ator colaborador da pesquisa. Estes foram analisados a partir de outros discursos teóricos, não com o objetivo de deslegitimá-los, mas sim de problematizá-los. A proposta problematizadora das narrativas se deu no intuito de apontar lacunas, possibilidades, outros olhares sobre os discursos que vem se consolidando como verdades absolutas. Também refletiu-se sobre os efeitos produzidos em cada narrativa e o potencial de cada um deles em contribuir com a consolidação da agroecologia, ou de maneira inversa, reduzi-la ao produto sem agrotóxico.

Com os discursos, narrativas e reflexões estabelecidas, não se alcança um fim em si, mas oportunidades de se construir outras formas de pensar e agir no que tange à prática agroecológica, com mais visibilidade sobre quais interesses e discursos são legitimados e quais são silenciados a partir de cada ação. Ainda, com mais clareza sobre às implicações éticas de cada discurso e quais movimentos que eles tem possibilidade de estimular. Assim, tais reflexões continuam e se manifestam com potencial de embasar novos direcionamentos no campo da agroecologia.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde: Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Saúde. In: WORLD NUTRITION, 2012., 2012, Rio de Janeiro. **Dossiê da Abrasco**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012. v. 3, p. 1 - 98.
- ADORNO, TW; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, TW. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGUIAR, JV; BASTOS, N.. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Rev. katálisis**. Florianópolis, vol.15, n.1, pp. 84-94. 2012.
- ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 29-40, jul/dez 2002.
- ALTIERI, MA. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.
- ALTIERI, MA. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ANVISA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 15 de maio, 2013.
- AZEVEDO, E; PELICIONI, MCF. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saude soc**. São Paulo, v. 20, n. 3, Sept. 2011.
- AZEVEDO, E; PELICIONI, MCF. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. vol.31, n.4, pp. 290-295. 2012.
- BARCELLOS, SB. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. **Mundo Agrario**. (La Plata), v. 12, p. 23, 2011.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

BAUER, MAL.; MESQUITA, Z. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. **Rev. adm. empres**, vol.48, n.3, p. 23-34. 2008.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: editora 34, 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BUSS, PM, PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, vol.17, n.1, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as atividades pertinentes à agricultura orgânica. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Brasília: Ministério da Agricultura, 2012.

BRASIL. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BURR, V. **An introduction to social constructionism**. 2ed. London: Routledge; 2003.

CALDAS, NV; ANJOS, FS. Agroecologia e certificação solidária: Desafios e possibilidades à regularização de agroindústrias familiares. **Rev. Espaço Acadêmico**. n.105, p. 5-13, fev, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (São Carlos). **Câmara Informa**: Ortega propõe estimular produção orgânica e agroecologia. Disponível em:

<<http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/portal/index.php/camara-informa/2698-ortega-propoe-estimular-producao-organica-e-agroecologia-no-municipio.html>>. Acesso em: 02 jun. 2013

CAMARGO-BORGES, C. **O construcionismo social no contexto da Estratégia em Saúde da Família: articulando saberes e práticas**.

Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão. Ribeirão Preto, 2007.

CAPORAL, FR; COSTABEBER JA. Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, abr/jun. 2002.

CAPORAL, FR; COSTABEBER JA. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004a.

CAPORAL, FR; COSTABEBER, JA. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável uma Perspectiva Agroecológica. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria, n. 27, p.152-165, jul/dez. 2004b.

CARDOSO, EM; ELIAS, EO. As aporias do projeto moderno: considerações à luz do pensamento de Adorno. **Educação em Revista**, n.6, p.23-36, 2005

CARVAJAL, JJM. La Agroecología: Un Marco de Referencia para Entender sus Procesos en la Investigación y la Praxis. **Luna Azul**, Manizales, n. 32, Jun, 2011.

COMUNELLO, JF. Movimentos Sociais, Agroecologia e Circuitos no Capitalismo. **Ruris**, Campinas, v.6 n.1, 2012.

CONSEA, Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (Brasil) (Org.). Nutricionista Promove Novos Padrões de Consumo Alimentar. **Revista CFN**, Brasília, n.38, p.14-16, Dez. 2012.

CORRADI-WEBSTER, CM. **Consumo problemático de bebidas alcoólicas por mulheres: discursos e histórias**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão. Ribeirão Preto, 2009.

CROCCO, FLT. Indústria Cultural: Ideologia, Consumo e Semiformação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** vol. XI, n. 1, enero – abril, 2009.

EPAGRI. Agroecologia em Santa Catarina. Disponível em: www.epagri.sc.gov.br. Acesso em: 10 de maio, 2013. Publicado em 21 de junho de 2008.

GATTI, LF, Theodor W. Adorno – Indústria Cultural e Crítica da Cultura. In: NOBRE, M. **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008. p.73-93.

GERGEN KJ; GERGEN M. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GLIESSMAN, SR. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GUIVANT, JS. Riscos Alimentares: Novos Desafios Para a Sociologia Ambiental e a Teoria Social (*Food risks: new challenges for environmental sociology and social theory*). **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 5, p. 89-99, 2002.

GUIVANT, JS. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip (*The role of supermarkets in relation to organic food: appealing to the ego-trip lifestyle*). **Ambiente & sociedade**. Campinas, Unicamp, v. VI, n.2, p.63 - 82, 2003.

GUIVANT, JS. O controle de mercado através da eco-eficiência e do eco-consumo: uma análise a partir dos supermercados. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 173-198, 2009.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

IBANEZ, I. **Municiones para disidentes: realidad, verdad y política**. España: Gedisa, 2001.

JOHNSON, PW. (Org.). **Comércio justo e Solidário**. São Paulo: Instituto Polis, 2004. 192 p.

LAMPA, FM.; ROVER, OJ. Os mercados provocaram alterações significativas na maneira de produzir e consumir alimentos e nos modos de vida dos agricultores. **Revista Agriculturas**. vol. 10, n. 2 , 2013.

LOUREIRO, CFB. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LOWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, abr. 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MCNAMEE, S. Research as Social Construction: transformative inquiry (Pesquisa como Construção Social: investigação transformativa). *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.1, n.1, p.09-19, 2010.

- MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10o Edição. São Paulo — SP: Hucitec/Rio de Janeiro — RJ: Abrasco; 2007.
- MORO, EJ. Análise das estratégias desempenhadas pelo setor supermercadista no Brasil para a venda de FLV orgânicos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 5, p. 103-125, 2008.
- MOSCHETA, MS. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde da população LGBT**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2011.
- NAVOLAR, TS; RIGON, SA; PHILIPPI JM. **Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde** . Revista Brasileira em Promoção de Saúde. Fortaleza, 23(1): 69-79, jan./mar., 2010.
- NOBRE, M. Curso Livre de Teoria Crítica. Campinas: Papyrus, 2008. p. 9-20.
- POLLAN, M. **O Dilema do Onívoro**. São Paulo: Intrínseca, 2006.
- PORTILLO, F.; CASTAÑEDA, M. Certificação e confiança face a face em feiras de produtos orgânicos. **Revista de Economia Agrícola**, 58, 1, p. 11-21, 2011.
- PORTO, M. F.; SOARES, W. L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Rev. bras. saúde ocup.** vol.37, n.125, pp. 17-31. 2012.
- RUIZ-ROSADO, O. Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina. **INCI**. vol.31, n.2, pp. 140-145. 2006.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- SABOURIN, E. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Reciprocidade. **4º Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político**. Curitiba, 2010.
- SANTOS, TC. A sociedade de consumo, os *media* e a comunicação nas obras iniciais de Jean Baudrillard. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 21, p. 125-136, jun. 2011.
- SANTOS. LCR. 2005. **“Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica**

no sul do Brasil” - Projeto nr. 52.0847/01-6 (relatório técnico final), Junho de 2005, 44 p.

SELL, CE. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: ed. Univali, 2001.

SILVA, APS. **Continuidades e discontinuidades de si na narrativa de homens que tiveram envolvimento com o crime**. Ribeirão Preto, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

SOUZA, LV; MCNAMEE, S; SANTOS, MA. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. *Psicol. Soc.* vol.22, n.3, pp. 598-607. 2010.

SPINK, MJ. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: BVCE, 2010.

SPINK, MJ; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, MJ. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 2004.

TELLES, YXAS.; COSTA, RMM.; SEVERIANO, MFV. A indústria cultural e indústria da saúde um olhar frankfurtiano sobre a saúde coletiva, no âmbito da lógica do consumo. In: **Encontro Nacional da ABRAPSO**, 15. Maceió, 2009.

TIBURCIO, BA; VALENTE, ALEF. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol.45, n.2, 2007.

TOMIELLO, N; KRISCHKE, P. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 10, n. 96, p. 27-43, 2009.

TRUNINGER, M. As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao 'teste da minhoca'. **Ambient. soc.** 2013, vol.16, n.2, pp. 81-102

WANDERLEY, MNB. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WEID, JMVD. Agroecologia: Condição para a segurança alimentar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p.4-7, set. 2004.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. *A renegociação do espaço rural por atores tradicionais, movimentos sociais e ONGs*. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 171-174.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: **Sentidos sobre Agroecologia: a produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos no município de Florianópolis/SC.**

Este estudo compõe a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, sob orientação do professor Rodrigo Otávio Moretti –Pires, do Departamento de Saúde Pública da UFSC.

A referida pesquisa tem como objetivo compreender a construção dos sentidos de agroecologia produzidos pelos diversos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

Para isso, você está convidado(a) a participar dessa pesquisa. Será realizada uma entrevista, com duração média de 50 minutos, na qual serão feitas algumas perguntas norteadoras e você será convidado a falar sobre a temática.

Pedimos a autorização para realizar a gravação da conversa. As informações que você nos fornecer nessa pesquisa serão utilizadas apenas para fins desse estudo, que poderá ser publicado ou divulgado para fins científicos. Seu nome será mantido em sigilo, bem como não será possível identificar as pessoas envolvidas nesse estudo. Sua participação é voluntária e você tem inteira liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem prejuízos pessoais.

A sua participação será de grande relevância para o alcance dos objetivos dessa pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo, a qual consta o telefone e o endereço eletrônico do pesquisador para contato, os quais você poderá acionar para esclarecer eventuais dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, em qualquer momento.

Florianópolis, ____ de _____ de 2013.

Deise Warmling

Eu, _____,
portador (a) do RG _____entendi os objetivos de minha
participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do participante da pesquisa

Deise Warmling
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva - UFSC
Email: deisentr@gmail.com
Telefones: (48) 84345317 (48) 33654469

Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires
Coordenador do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva –
UFSC
Email: rodrigo.moretti@ufsc.br

APÊNDICE B: Artigo original a ser submetido à revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação, apresentado conforme “Instrução aos Autores” desta Revista.

Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC.

WARMLING, Deise¹; MORETTI-PIRES; Rodrigo Otávio²

¹. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

². Professor do Departamento de Saúde Pública. Centro de Ciências de Saúde. UFSC. Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

O objetivo deste estudo foi descrever os sentidos atribuídos à agroecologia por atores da rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis, SC, Brasil. Foram cinco os participantes do estudo: um agrônomo, um nutricionista, um produtor, um comerciante e um consumidor. O referencial metodológico foi o construcionismo social. Os sentidos descritos foram: o alimento saudável e apto à certificação; a produção sustentável; o comércio justo; a cultura do campesinato; as relações de reciprocidade. Após a análise dos resultados, encontram-se dois eixos principais: i) sentidos relativos, de forma direta e indireta, à inserção de agroecologia nos mercados e; ii) sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Prevaleceu o pressuposto da multiplicidade, na qual as diversas narrativas nos possibilitam ampliar o debate e as percepções sobre a temática.

Palavras-Chave: Agroecologia; Construcionismo Social; Alimentos agroecológicos; mercado;

Los discursos y los significados de la agroecología en la producción, distribución y consumo de alimentos agroecológico Florianópolis, SC.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue describir los significados atribuidos a la agroecología por los actores de la producción y el uso de la red de

alimentos agroecológicos, en Florianópolis, SC, Brasil. Había cinco participantes en el estudio: un agrónomo, un nutricionista, un productor, un vendedor y un consumidor. El marco metodológico fue el construccionismo social. Los sentidos se han descrito: la comida saludable y en forma para la certificación; producción sostenible; comercio justo; la cultura de los campesinos; relaciones de reciprocidad. Después de analizar los resultados, hay dos ejes principales: i) Indicaciones relativas, directa e indirectamente, a la inserción de la agroecología y los mercados; ii) las instrucciones relativas a la agroecología como un paso hacia la construcción de otro modelo de sociedad. La hipótesis que prevalece de la multiplicidad, en la que los diversos relatos nos permiten ampliar el debate y las ideas sobre el tema.

Palabras clave: Agroecología; El construccionismo social; Alimentaria agroecológica; mercado;

Discourses and meanings of agroecology in the production, distribution and consumption of food in agroecological Florianópolis, SC.

ABSTRACT

The aim of this study was to describe the meanings attributed to agroecology by actors from the production and use of agro-ecological food network, in Florianópolis, SC, Brazil. There were five study participants: an agronomist, a nutritionist, a producer, a marketer and a consumer. The methodological framework was social constructionism. The senses have been described: the healthy and fit food for certification; sustainable production; fair trade; the culture of the peasantry; relations of reciprocity. After analyzing the results, there are two main axes: i) relative directions, directly and indirectly, to the insertion of agroecology and the markets; ii) directions relating to agroecology as a move towards building another model of society. The prevailing assumption of multiplicity, in which the various narratives enable us to broaden the debate and insights on the subject.

Keywords: Agroecology; Social constructionism; Agroecological food; market;

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as pesquisas sobre agroecologia tem se intensificado, destacando a temática, tanto no Brasil como no cenário mundial. A agroecologia surge associada a discursos tais como, o desenvolvimento sustentável, a promoção de saúde, a segurança e nutricional e a autonomia do agricultor. Também há os movimentos sociais que tem por base à prática agroecológica e a defendem enquanto uma questão urgente a ser reforçada por políticas públicas.

Em meados dos anos 70, surge o discurso de agroecologia enquanto um movimento social, o qual emerge um movimento composto por técnicos, agricultores e lideranças do campo em favor da agroecologia, que vem se fortalecendo a partir de referências científicas como uma forma estratégica de produção de alimentos¹. Segundo Carvajal (2011)² a agroecologia não nasce em nenhum campo científico ou em alguma discussão específica para solucionar o impacto do homem na natureza. A agroecologia tem suas origens nas práticas tradicionais do campesinato latino-americano, por meio do resgate dos conhecimentos de comunidades tradicionais, como os camponeses e indígenas da América e da Ásia. Sua origem está num movimento popular de oposição ao agronegócio que engloba também as questões relativas à forma de organização social, a autonomia e a relação do agricultor com a terra².

A agroecologia aparece na literatura vinculada à sustentabilidade, enquanto seu eixo central e utiliza a aplicação dos princípios ecológicos para a consolidação do desenvolvimento sustentável^{2,3}. Segundo Altieri (2001)⁴, é a ciência que se fundamenta em princípios ecológicos para o manejo de sistemas de produção sustentáveis e de preservação de recursos naturais. Destaca-se a sua importância enquanto uma alternativa para se reverter os impactos econômicos e ambientais do agronegócio.

Na perspectiva do potencial emancipatório para o agricultor, a temática possui como objetivo a implantação de um sistema produtivo sustentável nas perspectivas sociais, além das ambientais e econômicas⁵. A agroecologia pode ser definida como um modelo de produção de alimentos e também de satisfação de outras necessidades dos seres humanos, de forma a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e, sobretudo, na sociedade, abarcando também ideais sociais^{6,7}. O modo de produção agroecológico enfoca a justiça social, o fortalecimento das ações locais e da identidade do agricultor familiar, resgatando suas raízes culturais e sua autonomia^{2,8,9}. Embora a

agroecologia contemple inúmeros conhecimentos de técnicas agrícolas, sementes e manejo da terra, ela os transcende, pois contempla saberes derivados da interação de diversos campos científicos, tais como a ecologia, economia, ciências sociais, agronomia e antropologia⁴.

Em relação à produção de alimentos, a agroecologia contribui ainda com o comércio local de pequeno porte, no qual é possível a construção de relações mais horizontais de produção e consumo. Onde se tornam possíveis ações coletivas que envolvem cooperação e reciprocidade entre agricultor e consumidores⁵.

Na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o discurso da agroecologia se expandiu no Brasil em contraponto aos impactos da chamada “Revolução Verde”. A qual ocorreu a partir da década de 60, onde foram expandidos o uso de sementes selecionadas, insumos químicos e alta tecnologia no campo com o objetivo de aumento da produção de alimentos e redução das taxas de fome até o século XXI¹⁰. De fato houve expansão da produção, entretanto a fome persistiu, pois a quantidade total de alimentos não é o ponto crítico do problema, mas sim a desigualdade social¹. Caporal e Costabeber (2004)¹⁰ afirmam que o Brasil possui um impacto negativo em relação à quantidade de alimentos produzidos por meio do agronegócio. Por meio do padrão agrícola dominante, tem se obtido super safras de alguns grãos, como soja e milho, que são *commodities* relevantes para a economia brasileira, entretanto em maioria são destinados para exportação ou alimentação animal. Desta forma, defende-se que para se assegurar a SAN da população brasileira são necessárias políticas públicas que destinem recursos para a produção de alimentos compatíveis com os hábitos alimentares regionais e para a transição do modo de produção convencional para o agroecológico¹¹. A agroecologia, como tem por base a agricultura familiar e a diversificação de culturas, seria estratégica para a ampliação da produção de alimentos para o consumo da população¹⁰.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e aprovado em legislação brasileira tem como pilar a agroecologia, pois aborda em suas diretrizes a promoção da agricultura familiar, as práticas agroecológicas e utilização sustentável dos recursos naturais^{5,12}.

Há também discursos que abordam a temática com um enfoque estratégico para a promoção de saúde. A relação entre ambas temáticas se fortaleceu no Brasil no ano de 2012, com a divulgação do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, denominado

“Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde”. O dossiê teve por objetivo alertar tanto a população quanto o estado brasileiro sobre o uso abusivo de agrotóxicos em nosso país, assim como a contaminação ambiental e o impacto negativo sobre a saúde humana¹³. Desta forma, a agroecologia, contribuiria tanto para a saúde ambiental, como humana, em relação ao agricultor e consumidor, devido à uma produção limpa.

A institucionalização da agroecologia no Brasil é recente, com marco inicial no evento mundial Rio+20, onde foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. A PNAPO tem como objetivo a promoção da transição agroecológica e a produção orgânica como base para o desenvolvimento sustentável. A partir dela espera-se proporcionar melhoria da qualidade de vida à população com a oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis¹⁴. Dentre suas diretrizes a PNAPO apresenta a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, a promoção do trabalho digno, a função social de sustentabilidade da propriedade privada, a redução das desigualdades sociais e da pobreza. Para a consolidação dessas, ela apresenta seis eixos centrais, dentre eles podemos destacar dois relevantes para a área de alimentação e nutrição: a ampliação da produção e processamento de alimentos de base agroecológica e orgânicos, priorizando-se os agricultores familiares e povos tradicionais; e a ampliação do consumo dos produtos orgânicos e agroecológicos, priorizando-se o comércio local e para isso, aumentando-se as compras feitas pelo estado¹⁴.

Considera-se relevante a descrição e análise das narrativas dos atores sociais relacionados ao ciclo de produção e consumo de alimentos agroecológicos, relacionando-as com os discursos científicos da temática. Compreende-se que a construção dos sentidos estabelecida pelos atores sociais envolvidos influencia na forma cuja agroecologia se consolida. Desta forma, o objetivo deste estudo foi conhecer os sentidos e descrever os efeitos das narrativas sobre agroecologia dos diversos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis, SC, Brasil.

PERCURSO METODOLÓGICO

Realizou-se uma pesquisa caracterizada como estudo descritivo, com abordagem qualitativa, visando descrever sentidos atribuídos a agroecologia. O referencial teórico utilizado foi o construcionismo

social, o qual entende que as pessoas estão a todo momento construindo sentido sobre suas experiências.

Na perspectiva construcionista, não se utilizará de uma metodologia fechada, mas de um percurso que levará a compreensão de sentidos, e não de uma avaliação que trará uma verdade em detrimento das demais. Nesse caso, o pesquisador assume uma postura reflexiva nos processos de investigação^{15,16,17}. Não houve a expectativa de obter um consenso entre os diversos sentidos que emergirem dos diferentes participantes, valorizou-se o pressuposto da multiplicidade.

O estudo foi realizado no município de Florianópolis/SC, o local tem se destacado tanto na produção como na expansão de locais de venda de alimentos agroecológicos.

Santa Catarina possui características fundiárias, sociais e culturais que organizam cerca de 90% dos agricultores na lógica da agricultura familiar. Desta forma, o desenvolvimento da agroecologia no estado apresenta-se favorável¹⁸. No município de Florianópolis são promovidas semanalmente quatro feiras urbanas agroecológicas, uma delas acontece na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), outras duas na região sul e a quarta na região leste da ilha. Outra característica relevante no município no âmbito da agroecologia foi a conquista de um Box exclusivo para a comercialização de alimentos agroecológicos na Central de Abastecimento (CEASA) de Santa Catarina, em dezembro de 2012.

O instrumento utilizado nesse estudo foi entrevista aberta em que o entrevistado é convidado a falar livremente sobre o tema e as perguntas do pesquisador servem para aprofundar as reflexões estabelecidas¹⁹. As entrevistas versaram sobre os seguintes aspectos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos: i) como se iniciou a aproximação, quais foram os fatores que impulsionaram à adesão e permanência; ii) quais são os benefícios identificados a partir da prática agroecológica; iii) quais as expectativas em relação à expansão, quais seriam os benefícios e beneficiados; iv) houve alguma experiência exitosa a ser compartilhada.

Foi elaborado um roteiro inicialmente para inspiração da pesquisadora durante a realização da entrevista, entretanto não se utilizou deste enquanto questionário para as versões entrevista estruturada ou semi-estruturada²⁰. Foram estabelecidas conversas com os entrevistados, nas quais eles eram convidados a falar sobre a temática.

Os participantes de pesquisa foram selecionados por conveniência, a partir de locais previamente mapeados pela

pesquisadora, que se destacam no trabalho com agroecologia, no município de Florianópolis, SC. Foram escolhidos cinco atores sociais, os quais eram: i) um profissional de agronomia – que atua junto a instituições que promovam a transição agroecológica como modo de produção alternativa à convencional; ii) um profissional de saúde – que desempenhou trabalhos de orientação voltados para o consumo de alimentos agroecológicos; iii) um produtor e feirante – que produz e comercializa em feiras alimentos agroecológicos; iv) um comerciante – proprietário de um mercado voltados ao comércio de alimentos agroecológicos; v) um consumidor de alimentos agroecológicos – que busque consumir alimentos dessa natureza e os adquira com frequência.

A realização da pesquisa foi aprovada pelo Parecer Consubstanciado nº 412.479 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. Foram consideradas as normas da Comissão de Ética com seres humanos, conforme a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde²¹.

Algumas falas relevantes foram acrescentadas na análise para oferecer uma visão representativa aos sentidos atribuídos por cada ator social. Preservou-se o anonimato dos atores, registrando-se apenas a posição social que ocupam na rede de agroecologia, a fim de contextualizar as narrativas em relação ao local de onde fala cada entrevistado.

A análise dos dados foi realizada de acordo com os seguintes passos: imersão da pesquisadora nas gravações e transcrições das entrevistas; descrição dos sentidos sobre agroecologia; seleção de trechos da entrevista que ilustrem os sentidos e discussão com base na literatura e dos conteúdos construídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados, a seguir, os resultados deste estudo que emergiram a partir da análise propriamente dita das narrativas. Pretende-se apresentar a compreensão do fenômeno pesquisado, bem como ampliar o olhar para o sentido dado pelos atores sociais participantes.

Sentidos sobre agroecologia

De acordo com Spink (2004)²² a produção de sentidos é definida por quatro tempos – longo, vivido, curto e prospectivo. Entende-se que o relato das entrevistas é uma construção em tempo curto, entretanto, que trazem vozes do tempo vivido, que não são exclusivas do

entrevistado. Mas sim de um entrelaçado de discursos que compõem sua percepção e experiência com a temática. Do tempo logo, são as vozes e significados estabelecidos socialmente, alguns consolidados em literatura ou normativas; e também as expectativas futuras, desejos e fé que se manifestam na vontade de continuar, constituindo o tempo prospectivo.

Agrônomo	Produção alternativa; solo saudável; cultura do campesinato; modelo de sociedade transformador
Nutricionista	Promoção de saúde; objeto para políticas públicas
Produtor	Produção bonita, limpa e sustentável; alimentos aptos à certificação participativa; promove relações de reciprocidade
Comerciante	Comércio justo; alimentos saudáveis e aptos à certificação orgânica
Consumidor	Alimentos orgânicos e saudáveis; produção sustentável; promove relações além das mercantis

Quadro 1: Sentidos sobre agroecologia para os atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

Um sentido atribuído à agroecologia que foi comum entre vários entrevistados (nutricionista, consumidor, comerciante) foi o atributo de saudável. Os benefícios da agroecologia para a saúde são estabelecidos a partir de exemplos de acometimentos por intoxicações com agrotóxicos e câncer.

“Tem um agricultor que teve doenças seríssimas pelo agrotóxico e ele foi para Garuva para plantar banana orgânica.” (Nutricionista)

“A saúde é a principal característica. Por que você vai escolher comer veneno? A vantagem entre o orgânico e o convencional é a saúde. É um caminho sem volta, as pessoas estão se conscientizando e, os médicos também. A gente tem clientes em tratamento, inclusive de câncer, que vem aqui no mercado, tem bom resultado e agradecem muitíssimo. E tem outro público que não quer ficar doente. Por que eu vou comer uma maçã com 40 aplicações de veneno? (...) O câncer, antes se ouvia falar, hoje está na casa de quase todas as famílias.” (Comerciante)

Desta forma, o saudável é construído a partir dos riscos de se desenvolver doenças. Segundo Beck (2010)²³, os riscos relativos aos resíduos de agrotóxicos nos solos, água e alimentos, são imprevisíveis e incertos. Eles podem ter efeitos catastróficos globais, ser invisíveis e irreversíveis, uma vez que não são controláveis por um indivíduo e nem por grupos específicos, alcançando-se uma dimensão planetária. Para nos proteger desses riscos são necessárias escolhas diárias, amparadas em conhecimentos científicos. Os quais também são extremamente instáveis, pois são colocados em cheque a cada nova pesquisa científica divulgada. Isso faz com que as decisões cotidianas tornem-se cheias de incertezas e angústias para os leigos e fortemente influenciadas por pressões políticas e econômicas para os especialistas²⁴.

Ao entrelaçar os discursos sobre a sociedade de risco²³ e a saúde, compreende-se que a insaciabilidade dos riscos relacionados à saúde, move também o sistema econômico, criando novos produtos. As necessidades básicas, como alimentar-se, morar, vestir-se podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios hoje vivenciados são um “poço sem fundo” de necessidades infinitas, tornando-se um lugar importante para o mercado^{23, 24}. Assim, é preciso refletir sobre o efeito da construção do saudável a partir do risco, que desencadeia a geração de novos produtos. Ao ser incentivado o consumo de alimentos agroecológicos a partir da centralidade do risco, reforça-se a incorporação da agroecologia ao mercado. Sendo que este efeito é concorrente em relação aos ideais agroecológicos mais amplos, de movimento em oposição ao agronegócio, desde à forma de organização social à autonomia em relação ao mercado.

Também se destacou o sentido de alimento apto à certificação ou certificado, nas falas do comerciante e do produtor.

Para os que plantam e não possuem certificação, não se realiza a compra. Não tem o selo, mas não tem veneno, não se vende no mercado. Não é fácil a manipulação e armazenamento para evitar contaminação. Não quero correr nenhum risco em relação à lei. (Comerciante)

Segundo Portillo e Casteñeda (2008)²⁵, os sistemas de certificação no Brasil estão transição, passando das convenções sociais e confiança pessoal para processos ligados à lógica industrial, com objetivo de padronização para a formação de *commodities*, tal como as certificações. A institucionalização da agricultura orgânica e

agroecológica valorizou critérios que validam a qualidade do produto final e não o processo em si, sendo o último bem mais amplo e relevante para o movimento agroecológico.

O processo de produção de alimentos agroecológicos certificados, necessita da técnica, que na sociedade capitalista está atrelado à racionalidade instrumental²⁶. Tem-se um processo de homogeneização e massificação, característico da indústria cultural, este sacrifica o poder emancipatório, pois produz bens culturais em forma de mercadoria²⁷. A padronização e a técnica se sobrepõem e anulam a originalidade do produto²⁸. O discurso do caráter de industrialização do selo de certificação nos convida a interpretá-lo como uma representação de marca, a qual de maneira fetichizada empresta personalidade ao objeto, além de agregar a ele valores subjetivos. Também, aproxima-se a agroecologia do mercado enquanto “produto cultural”²⁸ e distancia-se da perspectiva do movimento agroecológico.

Foi trazido também o sentido do comércio justo pelo comerciante.

A filosofia do comércio justo é essa: você não explora quem está na terra. Estamos fazendo um esforço muito grande para quebrar isso. A motivação para isso vem do fato de “ser humano”. Pensar no lucro não como um fim, mas como um meio. Oxalá, que todas as empresas pensem desta forma! (...) Reduzir o número de atravessadores, buscando melhor preço, para aumentar o número de clientes.

Na literatura o comércio justo vem sendo definido como práticas socioeconômicas alternativas aos comércios convencionais, regidos por regras globais e injustas, em especial para os agricultores familiares. O comércio justo e solidário deve estabelecer relações de equidade, confiança e interesses compartilhados entre produtores e consumidores²⁹. Buscou-se analisar a resolução do Parlamento Europeu³⁰ que dispõe sobre o comércio justo e apresenta as práticas a serem seguidas nesta modalidade, a fim de refletir sobre a coerência do discurso do comerciante. Observou-se que o mercado referido na narrativa é uma empresa privada, em que numa ponta estão os proprietários, que detêm o capital e na outra, os agricultores fornecedores, que detêm a sua força de trabalho. As despesas e receitas da comercialização dos alimentos não são distribuídas equitativamente entre os envolvidos no processo de produção e venda, assim não se pode

assegurar uma relação orientada pelos princípios do comércio justo. Também deveria haver um acréscimo de um valor monetário adicional sobre o produto, a ser repassado integralmente aos produtores, para o seu fortalecimento. Embora não tenha se falado sobre essa prática durante a entrevista, a partir necessidade de preços inferiores deste mercado em relação às grandes redes de supermercados, para a sua manutenção no setor, supõe-se que a aplicação desse incremento no preço não seja possível no local. Nos hortifrutis comercializados consta apenas a informação do município e estado de procedência, junto ao preço. Não são apresentados outros elementos que dêem visibilidade à origem e aos valores culturais e históricos dos alimentos ofertados.

Ao olhar para o discurso do comerciante a partir do discurso teórico sobre o comércio justo, o mercado em questão, se aproxima mais de um empreendimento econômico, que precisa atender uma logística de mercado, engessado, sem mobilidade para alcançar outros horizontes mais justos.

Nas narrativas do produtor e do consumidor, aparece também a sustentabilidade enquanto sentido de agroecologia. Ela é pouco explorada em ambas as narrativas, pois é tratada como um consenso, uma verdade já firmada. Não parecendo ser necessário aos entrevistados discorrer mais sobre este sentido, corroborando a crítica de Boff (2012, p. 37)³¹, “o conceito de sustentabilidade atualmente é tão usado e abusado, que já se transformou num modismo, sem que o seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido”. Em consonância com esse discurso, o sentido de sustentabilidade é sucintamente justificado pelo consumidor da seguinte forma: “O sustentável é: ambientalmente, economicamente, socialmente.”

Entretanto, é relevante abordar que o conceito hegemônico de sustentabilidade, deriva de acordos internacionais, tais como o Relatório de *Brundtland* (1987)³², os quais constroem a sustentabilidade a partir de uma visão de mundo eurocêntrica, onde o padrão de desenvolvimento a ser alcançado é a generalização do padrão de consumo dos países ricos³¹. O conceito de sustentabilidade econômica está atrelado ao crescimento, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) com vistas ao desenvolvimento. Desenvolvimento e sustentabilidade são contraditórios, pois o primeiro é linear, crescente e supõe a exploração da natureza, a qual gera desigualdade. Enquanto a sustentabilidade, nas suas ciências de origem (biologia e ecologia) tem um caráter circular e includente³¹. O discurso do desenvolvimento sustentável inverte a raiz de causalidade da crise ambiental e por essa, responsabiliza o subdesenvolvimento e, desconsidera a desigualdade produzida pela

economia capitalista, apresentando-se socialmente excludente. As três dimensões da sustentabilidade, citadas pelo consumidor – ambiental, social e econômica – não estão em uma relação de igualdade e segundo Boff (2012)³¹, tornando o discurso do tripé da sustentabilidade vazio e retórico.

O agrônomo aborda outros sentidos sobre agroecologia, que se aproximam mais do seu caráter ideológico contra-hegemônico, tais como a cultura do campesinato e um modelo de sociedade transformador.

A motivação para plantar é muito forte em um aspecto: a questão da cultura do campesinato. (...) Eu acredito nisso. E além da agroecologia, eu atuo na agricultura campesina. Isso tudo para sair das grandes corporações dos alimentos, são quatro empresas querendo dominar o alimento no mundo, isso pra mim é diabólico. Agroecologia é o modelo de sociedade que eu quero. Não quero vender veneno, abrir uma agropecuária, fazer licenciamento ambiental. A gente está aqui por um modelo de sociedade que a gente quer, que estamos construindo. (Agrônomo)

As sociedades camponesas ou campesinas se caracterizam por grupos que tem a centralidade da unidade de produção para reprodução da família e não na comercialização. Essa categoria difere do agricultor familiar, que embora também busque a soberania alimentar no âmbito da sua família, está integrado a um mercado, respondendo às suas exigências³³. Este discurso produz enquanto efeitos a compreensão de que na prática do campesinato, os trabalhadores da terra atuem na luta contrária às dominações políticas e econômicas. Ao analisar a PNAPO, ela traz como diretriz a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção com vistas ao apoio de agricultores familiares¹⁴. Entretanto não faz menção em nenhuma das diretrizes às terminologias: camponês, campesino ou campesinato. Neste cenário, têm-se como efeitos da normatização pelo estado, a redução do caráter tradicional da agroecologia e o reforço da adequação ao sistema econômico presente.

O consumidor e o produtor, também trazem enquanto sentido para agroecologia, as relações além das mercantis, com o caráter de reciprocidade, que pode ser entendido como sinônimo de solidariedade. Na perspectiva antropológica, a reciprocidade corresponde a uma relação intersubjetiva e não apenas a uma simples troca de bens ou de objetos³⁴.

De acordo com Sabourin³⁵ a venda direta favorece o encontro entre produtor e consumidor e além do valor de troca, existe o contato direto que favorece uma relação de reciprocidade, que propicia sentimentos como amizade, valorização e reconhecimento mútuo, fidelidade e confiança. Essas situações dão lugar as relações humanas, a conversa sobre o produto, o trabalho, a troca de experiências de vida. Ao encontro desta definição, segue a descrição do consumidor, ao relatar suas experiências ao freqüentar a feira agroecológica:

(...)tem também aquele Almoço Hare Krishna, que é maravilhoso, você vai lá e senta com eles, conforme a filosofia deles e compartilha. Tem coisa mais nutricional que isso?!

Entretanto, as políticas públicas já estabelecidas, estão mais voltadas para as práticas de mercado, desenhando-se a necessidade de que elas se voltem também para as práticas de reciprocidade^{35,36}.

Agroecologia: inserção nos mercados ou um movimento pela construção de um novo modelo de sociedade.

A partir da descrição dos sentidos e seus efeitos, entrelaçando-se narrativas e discursos teóricos, encontram-se dois eixos principais: i) sentidos relativos, de forma direta e indireta, à inserção de agroecologia nos mercados e; ii) sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Na primeira linha, eles se dividem em relativos à inserção nos mercados, de forma direta e indireta. Na forma direta, referem-se às propostas de aumento da produção e escoamento para mercados, de aumentos dos pontos de venda e, de fomentos estatais por meio de políticas públicas. Já na forma indireta, refere-se aos sentidos de estilos de vida saudáveis, sustentabilidade, certificação de orgânico; pois se considera que esses atributos são construídos a partir de riscos com a finalidade de se criar novos produtos. O saudável, o sustentável e o selo de certificação, são formas de agregar valor, além do valor de uso e de troca do produto. São adicionados ao produto ideias, ligadas a valores subjetivos, os quais são oferecidos ao consumidor, tais como cuidado com a saúde, meio ambiente e segurança. A partir disso, entende-se que se constroem produtos fetichizados, onde as relações entre homem e ambiente relativas a todo o processo de produção, distribuição e aquisição, passam a estar contidas no selo de orgânico, ou na informação científica

comunicada por algum especialista da área sobre os benefícios relativos à saúde e/ou ambiente. A fetichização se dá pelo processo de agregar as relações humanas ao produto e se esvaziar os sentidos e atenção ao processo e aos envolvidos³⁷. Esses sentidos, ligados à inserção da agroecologia no mercado, foram os mais frequentes nas narrativas acima descritas.

Já a segunda linha: sentidos relativos à agroecologia como um movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade, foram trazidos apenas pelo agrônomo de forma mais enfática. E pelo consumidor, de forma bem mais tímida e ainda junto com outros sentidos relativos à adequação da agroecologia ao sistema econômico vigente.

São duas formas distintas apresentadas, possíveis da construção da agroecologia: uma com vistas à sua expansão, adequando-se ao modelo econômico e as regras já estabelecidas e outra, de resistência ao que está imposto, de valorização das minorias e das culturas tradicionais, de militância, contra hegemônica. Nos sentidos presentes nas narrativas, considera-se dessa segunda forma: a cultura do campesinato, o modelo de sociedade transformador, a reciprocidade e as relações além das mercantis. São duas formas concorrentes e ambas não cresceriam juntas. Inclusive, a adaptação ao mercado, carrega consigo o reducionismo da temática ao produto, o que parece bastante problemático, considerando-se a sua complexidade.

Nas narrativas dos entrevistados, percebeu-se que a ideologia da agroecologia é mais forte nos atores que se aproximam do espaço da academia, como com o agrônomo, especialista na temática. Quando se operacionaliza a proposta, o mercado passa a ser central e os demais valores, relativos às questões humanas, passam a ser componentes do produto que lhe agregam valor, enquanto deveriam ser principais.

No âmbito da comercialização, de acordo com Comunello (2012)³⁸ há uma separação entre as organizações: os circuitos agroecológicos (ONGs, movimentos sociais, agricultores familiares e feirantes) e os circuitos orgânicos (supermercados e agricultores empresários), no primeiro, os interesses são centrados em valores mais equitativos e solidários, já no segundo buscam propriamente o lucro. Ao perceber que a distinção entre orgânicos e agroecológicos não é feita em várias das narrativas (produtor, comerciante, consumidor), entende-se que a linha de separação entre os dois circuitos, orgânicos e agroecológicos seja muito tênue. Com a percepção de que há duas formas de expansão da agroecologia, uma incorporando-se ao sistema e

outra de resistência a ele, buscando-se outro modelo de sociedade, talvez seja mais possível separar os dois circuitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão da diversidade de discursos que a temática engloba, foram levantados cinco principais discursos sobre agroecologia: o movimento agroecológico, a sustentabilidade, a emancipação do agricultor, a promoção de saúde, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Na análise das entrevistas, foram registrados sentidos referentes à narrativa de cada ator colaborador da pesquisa. Estes foram analisados a partir de outros discursos teóricos, não com o objetivo de deslegitimá-los, mas sim de problematizá-los. A proposta problematizadora das narrativas se deu no intuito de apontar lacunas, possibilidades, outros olhares sobre os discursos que vem se consolidando como verdades absolutas. Também se refletiu sobre os efeitos produzidos em cada narrativa e o potencial de cada um deles, tanto em contribuir com a consolidação da agroecologia, ou de maneira inversa, reduzi-la ao produto sem agrotóxico, que compõe um nicho de mercado.

Com os discursos, narrativas e reflexões estabelecidas, não se alcançam um fim em si, mas oportunidades de se construir outras formas de pensar e agir no que tange à prática agroecológica, com maior visibilidade sobre quais interesses e discursos são legitimados e quais são silenciados a partir de cada ação. Ainda, com maior clareza sobre às implicações éticas de cada discurso e quais movimentos que eles tem possibilidade de estimular. Assim, tais reflexões continuam e se manifestam com potencial de embasar novos direcionamentos no campo da agroecologia.

REFERÊNCIAS

1. NAVOLAR, TS; RIGON, SA; PHILIPPI JM. **Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde**. Revista Brasileira em Promoção de Saúde. Fortaleza, 23(1): 69-79, jan/mar, 2010.
2. CARVAJAL, JJM. La Agroecología: Un Marco de Referencia para Entender sus Procesos en la Investigación y la Praxis. **Luna Azul**, Manizales, n. 32, Jun, 2011.
3. ALTIERI, MA. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

4. ALTIERI, MA. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.
5. AZEVEDO, E; PELICIONI, MCF. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saude soc.** São Paulo, v. 20, n. 3, Sept. 2011.
6. RUIZ-ROSADO, O. Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina. **INCI**. vol.31, n.2, pp. 140-145. 2006.
7. BAUER, MAL; MESQUITA, Z. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. **Rev. adm. empres**, vol.48, n.3, p. 23-34. 2008.
8. CAPORAL, FR; COSTABEBER, JA. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável uma Perspectiva Agroecológica. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria, n. 27, p.152-165, jul/dez. 2004.
9. AZEVEDO, E; PELICIONI, MCF. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. vol.31, n.4, pp. 290-295. 2012.
10. CAPORAL, FR; COSTABEBER JA. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
11. GLIESSMAN, SR. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
12. CONSEA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.
13. ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde: Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Saúde. In: WORLD NUTRITION, 2012., 2012, Rio de Janeiro. **Dossiê da Abrasco**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012. v.3, p. 1-98.
14. BRASIL. [Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012](#). Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Brasília: Ministério da Agricultura, 2012.

15. BURR, V. **An introduction to social constructionism**. 2ed. London: Routledge; 2003.
16. GERGEN KJ; GERGEN M. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.
17. SPINK, MJ. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: BVCE, 2010.
18. EPAGRI. Agroecologia em Santa Catarina. Disponível em: www.epagri.sc.gov.br. Acesso em: 10 de maio, 2013. Publicado em 21 de junho de 2008.
19. MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10a Edição. São Paulo — SP: Hucitec/Rio de Janeiro — RJ: Abrasco; 2007.
20. CORRADI-WEBSTER, CM. **Consumo problemático de bebidas alcoólicas por mulheres: discursos e histórias**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão. Ribeirão Preto, 2009.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
22. SPINK, MJ; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, MJ. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 2004.
23. BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: editora 34, 2010.
24. GUIVANT, JS. [Riscos Alimentares: Novos Desafios Para a Sociologia Ambiental e a Teoria Social \(Food risks: new challenges for environmental sociology and social theory\)](#). **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 5, p. 89-99, 2002.

25. PORTILLO, F.; CASTAÑEDA, M. Certificação e confiança face a face em feiras de produtos orgânicos. **Revista de Economia Agrícola**, 58, 1, p. 11-21, 2011.
26. HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
27. ADORNO, TW; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
28. CROCCO, FLT. Indústria Cultural: Ideologia, Consumo e Semiformação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** vol. XI, n. 1, enero – abril, 2009.
29. TIBURCIO, BA; VALENTE, ALEF. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol.45, n.2, 2007.
30. JOHNSON, PW. (Org.). **Comércio justo e Solidário**. São Paulo: Instituto Polis, 2004. 192 p.
31. BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
32. WCED. World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.
33. WANDERLEY, MNB. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.
34. SABOURIN, E. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Reciprocidade. **4º Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político**. Curitiba, 2010.
35. SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

36. LAMPA, FM; ROVER, OJ. Os mercados provocaram alterações significativas na maneira de produzir e consumir alimentos e nos modos de vida dos agricultores. **Revista Agriculturas**. vol. 10, n. 2 , 2013.
37. SELL, CE. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: ed. Univali, 2001.
38. COMUNELLO, JF. Movimentos Sociais, Agroecologia e Circuitos no Capitalismo. **Ruris**, Campinas, v.6 n.1, 2012.

ANEXOS

ANEXO A: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os sentidos da agroecologia na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis/SC.

Pesquisador: RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20882613.6.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 412.479

Data da Relatoria: 23/09/2013

Apresentação do Projeto:

Projeto de Dissertação do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFSC, da aluna Deise Warmling, sob orientação do Prof. Rodrigo Otávio Moretti-Pires.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que contemplará a compreensão dos sentidos produzidos sobre a rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos, no município de Florianópolis-SC. Serão entrevistados cinco atores envolvidos direta e indiretamente, na comercialização de alimentos agroecológicos. A coleta de dados será através de entrevista aberta em que o entrevistado é convidado a falar livremente sobre o tema e as perguntas do pesquisador servem para aprofundar as reflexões estabelecidas. Prevê-se assim a realização de um encontro com cada entrevistado com duração média de uma hora.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a construção dos sentidos de agroecologia produzidos pelos diversos atores envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco: possibilidade de perda de sigilo, sendo que o pesquisador principal se compromete em manter os dados coletados sob sua guarda, com acesso restrito aos pesquisadores deste projeto.

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **Município:** FLORIANÓPOLIS **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 412.479

Benefícios: espera-se contribuir com subsídio teórico para a formulação de políticas públicas em saúde, na área de alimentação e nutrição, que contemplem a agroecologia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Possui relevância científica. O projeto apresentado mostra-se completo e com todas as etapas metodológicas descritas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados:

- TCLE adequado à resolução CNS 466/2012;
- roteiro de entrevista;
- Folha de rosto assinada pelo pesquisador principal e pela sub-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Profa. Dra. Josimari de Lacerda.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 01 de Outubro de 2013

Assinador por:
Yimar Correa Neto
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade CEP: 88.040-900
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 Fax: (48)3721-9696 E.mail: cep@reitoria.ufsc.br